



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAIBA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
MESTRADO EM EDUCAÇÃO

A PRÁTICA DO PLANEJAMENTO DE ENSINO NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E
ADULTOS

JOÃO MARIA PEREIRA DO NASCIMENTO

BANANEIRAS-PB
2009

JOÃO MARIA PEREIRA DO NASCIMENTO

A PRÁTICA DO PLANEJAMENTO DE ENSINO NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E
ADULTOS

Dissertação apresentada à coordenação do
Curso de Mestrado em Educação, da
Universidade Federal da Paraíba, Campus I,
em atendimento às exigências para obtenção
do grau de mestre.

ORIENTADOR: Profº. Dr. Severino Bezerra da Silva

BANANEIRAS-PB
2009

Ficha catalográfica elaborada na Seção de Processos Técnicos da Biblioteca Setorial de Bananeiras
UFPB/CCHSA - Bibliotecário: Vicente Paulo Ramalho - CRB 15/341

N244p Nascimento, João Maria Pereira do

A prática do planejamento de ensino na educação de
jovens e adultos/ João Maria Pereira do Nascimento.-
Bananeiras, 2009.

88f.:il.

Orientador: Dr. Severino Bezerra da Silva

Dissertação (Mestrado em Educação) CE /UFPB

1. Planejamento educacional 2. Educação de jovens e
adultos 3. Ensino- aprendizagem I. Título

UFPB/CCHSA/BS

C.D.U.: 37.014.542(043.3)

JOÃO MARIA PEREIRA DO NASCIMENTO

A PRÁTICA DO PLANEJAMENTO DE ENSINO NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E
ADULTOS

Aprovado em: _____ de 2009

COMISSÃO EXAMINADORA

Profº. Dr. Severino Bezerra da Silva
Orientador – PPGE - UFPB

Examinadora Drª. Vilma de Lurdes Barbosa
Examinadora – PPGH - UFPB

Profº. Dr. Orlandil de Lima Moreira
Examinador- PPGE - UFPB

BANANEIRAS-PB
2009

Dedico este trabalho à minha mãe, que sempre me ensinou que nunca é tarde para realizar um sonho, por isso aprendi que as dificuldades fortalecem aos que lutam. A ela toda minha gratidão e amor na conquista de mais este sonho.

AGRADECIMENTOS

A **Deus Pai**, que demonstra seu amor a todo momento e tanto tem feito por nós, proporcionando momentos de felicidade como esta presente conquista.

A minha mãe, que sempre acreditou que a boa educação é fundamental para desenvolver o ser humano de maneira mais completa.

Aos meus filhos que são os motivos das lutas e alegrias.

À esposa com a qual compartilho meus momentos, sejam eles de alegrias ou não, para ela meus agradecimentos.

Aos meus professores do curso que contribuíram, de forma significativa, com esta nova etapa de minha formação. Em especial, ao Professor Dr. Severino Bezerra da Silva, pelas orientações na elaboração desta dissertação.

Ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal da Paraíba, por oferecer este curso que é de grande relevância para a minha vida profissional.

Aos amigos e colegas, pela comunhão proporcionada pela vida nos diferentes momentos.

Enfim, a todos aqueles que direta ou indiretamente contribuíram para a realização deste trabalho.

*“Proporcionar meios para que se possam
tomar decisões corretas dentro de uma
estrutura, sem colocar em segundo plano a
peça determinante da própria estrutura. Eis o
ponto central do planejamento”.*

(Parra)

RESUMO

Este trabalho teve como objetivo analisar o processo do planejamento de ensino para a EJA e a sua importância para os professores e os alunos no processo ensino-aprendizagem. Na fundamentação teórica deste estudo, tomou-se como base alguns autores como: Arroyo (2005), Becker (2001), Brandão (2002), Gadotti (2007), Freire (2007), Libâneo (1994), Paludo (2001), entre outros. A metodologia adotada foi a pesquisa qualitativa e quantitativa que apresenta uma melhor descrição e explicitação dos fenômenos sociais, os dados foram obtidos através de um questionário aplicado a professores que lecionavam na 2ª fase do ensino fundamental na modalidade EJA, da Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio José Menino de Oliveira, no município de Solânea-PB. Observou-se que os referidos professores não oferecem oportunidade para que os alunos possam colaborar na escolha dos conteúdos das disciplinas nem tampouco a forma que esses serão ensinados e avaliados, não participam do planejamento, mas mesmo assim os educadores afirmaram levar em consideração a realidade dos alunos e o que os interessa, o que se mostra contraditório, pois o planejamento não se efetiva com a colaboração dos alunos. No entanto, os educadores demonstram conhecimento sobre o que é planejamento, com sua importância e função para o sucesso do ensino. Portanto, verifica-se que a Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio José Menino de Oliveira deixa de lado o planejamento que é uma das mais importantes ferramentas para que o processo de ensino e aprendizagem oferecido seja de qualidade. Entendemos que, através de um planejamento flexível, participativo e contínuo, será possível detectar os acertos, as lacunas, para então medir a qualidade da educação disponível aos jovens e adultos que fazem parte dessa modalidade educacional.

Palavras-chave: Planejamento. Educação de Jovens e Adultos. Aprendizagem.

ABSTRACT

This work aims at analyzing EJA teaching planning process and its importance for teachers and students involved in it. The theories for this study have been based on some authors, such as: Arroyo (2005), Becker (2001), Brandão (2002), Gadotti (2007), Freire (2007), Libâneo (1994), Paludo (2001), among others. The methodology adopted was the qualitative and quantitative which present a better description and explanation of the social phenomena. The results has been obtained through a questionnaire applied to teachers who teach the second phase of elementary school of EJA in the Escola de Ensino Fundamental e Médio José Menino de Oliveira in the city of Solânea-PB. It has been observed that the researched teachers do not offer any opportunity for their students to collaborate in the choice of the subject contents and also the way they will be taught and evaluated. The students do not participate of the planning; even so, the educators claim to take into account the student's reality and interests what is a contradiction because the planning do not accomplish with the student's collaboration. However, the teachers demonstrate knowledge on what is planning with its importance and function to the success of teaching. Therefore, it is verified that the Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio "José Menino de Oliveira" does not take into consideration the planning, one of the most important tools in the teaching and learning process. We understood that through of a flexible, participative and continuous planning, it will be possible to detect the positive and negative aspects, and then to measure the quality of education available to young people and adults who take part of this educational modality.

Key words: Planning. Education for young people and adults. Learning.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1	Mapa da Paraíba com destaque o município de Solânea	52
FIGURA 2	Situação de analfabetismo no município de Solânea	54
FIGURA 3	Número de residências e anos de estudo do responsável pelo domicílio	55
FIGURA 4	Visão frontal da Escola Municipal de Ensino Fundamental e Médio José Menino de Oliveira	56
FIGURA 5	Secretaria da Escola Municipal de Ensino Fundamental e Médio José Menino de Oliveira.	27
FIGURA 6	Sala de aula da Escola Municipal de Ensino Fundamental e Médio José Menino de Oliveira	57

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1	Gênero dos entrevistados	61
GRÁFICO 2	Colaboração na realização do planejamento	70
GRÁFICO 3	Participação do aluno na seleção dos conteúdos e no planejamento	72
GRÁFICO 4	Critérios de seleção de conteúdos	74
GRÁFICO 5	Métodos e recursos didáticos utilizados em sala de aula	76
GRÁFICO 6	Instrumentos de avaliação	78

LISTA DE TABELAS

TABELA 1	Tempo que os entrevistados lecionam e formação	62
TABELA 2	Razão pela qual se encontram na Educação de Jovens e Adultos	63
TABELA 3	Concepção dos educadores sobre planejamento	64
TABELA 4	Concepção dos educadores sobre o porquê de se planejar na escola e na sala de aula	65
TABELA 5	Os educadores entrevistados citam as características do planejamento escolar	66
TABELA 6	Funções do planejamento escolar na opinião dos entrevistados	68
TABELA 7	Fatores que devem ser levados em consideração no ato de planejar	69

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	12
2	EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS: CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA, OS SUJEITOS E O PLANEJAMENTO	16
2.1	Elementos para contextualizar a Educação de Jovens e Adultos	16
2.2	A EJA e a Educação Popular	24
2.3	Particularidades dos alunos e alunas da EJA	30
2.4	Reflexões sobre o planejamento na prática escolar	35
3	UMA EXPERIÊNCIA COM A EJA	50
3.1	O município	50
3.1.1	Alguns dados sobre a educação no município de Solânea-PB	54
3.2	A Escola – campo de pesquisa	55
3.3	A pesquisa – conhecendo os professores e suas práticas	58
4	REFLEXÕES SOBRE A EXPERIÊNCIA DO PLANEJAMENTO DE ENSINO PARA EJA	61
	CONSIDERAÇÕES FINAIS	81
	REFERÊNCIAS	85
	APÊNDICES	89

1 INTRODUÇÃO

A escolha do tema: A prática do planejamento de Ensino na Educação de Jovens e Adultos foi atribuída a sua fundamental importância para o êxito do processo ensino aprendizagem. Dessa importância, sentiu-se a necessidade de responder algumas questões pessoais e profissionais referentes a como o planejamento acontece e qual a dimensão para a escola e para os que dela participam.

Acredita-se que o planejamento realizado semestral ou anualmente não atende às exigências da comunidade escolar, uma vez que não há um acompanhamento eficaz no que diz respeito à verificação se os objetivos são alcançados.

A relevância desse estudo está respaldada pela importância do tema, uma vez que o propósito é contribuir, de forma significativa, para o aprimoramento da Educação de Jovens e Adultos da Escola Municipal de Ensino Fundamental e Médio José Menino de Oliveira. Que este trabalho sirva de parâmetro para que aqueles que fazem a educação, vejam o caminho da qualidade e considerem a realidade dos aprendentes, no sentido de somar as dificuldades e corresponder aos anseios deles.

A atenção do estudo está para a escola, o educador e o educando. Pois, no ato de planejar, esse deve-se realizar de forma responsável e competente, observando a realidade dos alunos, da escola e a interação dos fatores endógenos e exógenos do processo ensino-aprendizagem. A partir desse tipo de planejamento, é possível que, durante o ano letivo, ao surgir alguma dificuldade, o professor possa, de uma forma flexível, buscar meios para contornar a situação e assim atingir os objetivos propostos anteriormente.

Na atualidade, com o advento da globalização, têm-se introduzido novos paradigmas e desafios no âmbito educacional, por isso, quando se trata de planejamento de ensino e a sua importância, há um público todo especial para o qual o ato de planejar torna-se imprescindível, devido a grande diversidade nos aspectos econômicos, sociais, educacionais, entre outros, encontrados nas salas que comportam os alunos da modalidade educacional de jovens e adultos.

Segundo Oliveira (2001) apud Silva (2007), a Educação de Jovens e Adultos é uma temática que deve ocorrer voltada a um público específico, composto de jovens e adultos trabalhadores ou filhos de trabalhadores com baixo nível de instrução escolar, com uma história de vida ligada a ocupações profissionais não qualificadas, urbanas ou rurais, com passagem curta e não sistemática pela escola.

Dentre as competências que cabem ao professor, como: planejar, implementar e coordenar as atividades didáticas, com o objetivo de intermediar, desencadear, apoiar e orientar o esforço de ação e reflexão do aluno, procurando garantir aprendizagem efetiva, cabe também assumir papel de interlocutor privilegiado, que tematiza aspectos prioritários em função das necessidades dos alunos e de suas possibilidades de aprendizagem (BRASIL, 1998).

Quando um educador está comprometido com a educação e se encontra em uma sala da Educação de Jovens e Adultos, reconhece que não pode pensar apenas nos conteúdos a serem ensinados e os procedimentos didáticos para isso. Toda a atividade de ensino deve ser planejada baseada na realidade cultural, econômica, educacional que esses Jovens e Adultos vivem no seu cotidiano.

Ao planejar as ações pedagógicas, os educadores devem ter a certeza da importância de seu trabalho para a comunidade escolar, que busca ser atendida pela instituição de ensino, a qual deverá formar cidadãos aptos para atuarem, de

forma crítica, nos diferentes contextos existentes na sociedade, pois essa vive em constante transformação, propiciada por novas tecnologias, novos conceitos, paradigmas, exigindo sempre dos indivíduos domínio de diferentes habilidades.

Por isso que, ao planejar o processo de ensino, a escola e os professores devem ter clareza de como o trabalho docente pode prestar um efetivo serviço à população e saber que conteúdos respondem às exigências profissionais, políticas, e culturais postas por uma sociedade que ainda não alcançou a democracia plena. (LIBÂNEO, 1994).

O objetivo geral do estudo foi analisar o processo do planejamento de ensino e qual a sua importância para os professores e os alunos no processo ensino-aprendizagem.

Diante do exposto, os objetivos específicos do estudo foram o de averiguar como ocorre o planejamento de ensino; avaliar o ato de planejar na concepção dos professores inseridos na EJA e identificar a influência dos diferentes agentes no ato de planejar.

Quanto à fundamentação teórica, este estudo tomou como base os postulados de Arroyo (2005), Becker (2001), Brandão (2002), Gadotti (2007), Freire (2007), Libâneo (1994), Paludo (2001), entre outros.

O presente trabalho está assim estruturado: na primeira parte tem-se um breve Histórico da Educação de Jovens e Adultos, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação e a modalidade educacional de jovens e adultos, as peculiaridades dos alunos e alunas da EJA, concepções de planejamento e a metodologia adotada para que os objetivos sejam alcançados.

Na segunda parte, destacam-se os resultados obtidos na pesquisa realizada com educadores que lecionam na segunda fase do ensino fundamental na

modalidade EJA, na Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio José Menino de Oliveira, como também a discussão dos dados baseados em teóricos sobre a Educação de Jovens e Adultos e o planejamento.

Na terceira parte, encontra-se uma síntese sobre os resultados obtidos com os docentes sobre planejamento na EJA e as conclusões diante desses.

Por conseguinte, é apresentada a conclusão à luz dos resultados obtidos, como também nossas impressões acerca do assunto e algumas sugestões para, em seguida, destacar as referências bibliográficas necessárias que embasaram este estudo.

2 EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS: CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA, OS SUJEITOS E O PLANEJAMENTO

Educação de Jovens e Adultos - EJA: A modalidade de ensino destinada a assistir jovens e adultos adquire, na atualidade, novas demandas, por contar com uma grande diversidade de pessoas com históricos de vidas bastante heterogêneas, de um mercado em processo de exclusão na sociedade, especialmente pela exigência de, cada vez mais, um perfil profissional com habilidades diversificadas.

A escola para EJA atende a uma clientela bastante diversificada e com isso é maior a necessidade de planejamento pedagógico, uma atividade que envolva a comunidade escolar composta por alunos, professores, equipe pedagógica entre outros profissionais e que não se reserva apenas aos professores, muitas vezes fica só no “papel” e cada um segue suas atividades em sala de aula a próprio contento, sem levar em consideração o contexto no qual os discentes estão inseridos, e o próprio tempo destinado ao planejamento escolar.

A escola ainda é um espaço privilegiado, que deve ter como uma de suas funções formar cidadãos críticos e conscientes de seu papel diante de uma sociedade que espera por mudanças positivas nos setores econômico, político e social, sendo assim, a educação é um grande instrumento para isso.

2.1 Elementos para contextualizar a Educação de Jovens e Adultos

O processo ensino-aprendizagem, de uma forma geral, deve se realizar no contexto coletivo das instituições de ensino, no entanto, as individualidades devem ser levadas em consideração para que o processo de ensino e aprendizagem se efetive. Brandão (2002, p. 62) afirma: “[...] a educação, como idéia deve ser pensada

em nome da pessoa e como instituição (a escola, o sistema pedagógico), como prática (o ato de educar) deve ser realizada como um serviço coletivo que se presta a cada indivíduo”.

A educação deve englobar os aspectos que fazem da escola uma instituição destinada aos diferentes sujeitos, com isso, deve estar preparada tanto na parte física, pedagógica e pessoal para atender a demanda educacional de forma a respeitar as individualidades.

De acordo com Becker (2001, p. 73), “a educação deve ser um processo de construção do conhecimento o qual ocorre em condições de complementaridade”. Portanto, a Educação de Jovens e Adultos envolve todo um universo que se apresenta de forma diversificada e que requer educadores e instituições comprometidas com a educação.

Sabendo-se que a Educação de Jovens e Adultos passou por mudanças e propósitos, que diferenciavam de acordo com a necessidade que cada fase exigia, observa-se que, na fase colonial, tinha função de catequizar os nativos e ensinar-lhes a língua portuguesa; no final do século XIX e início do século XX, apoio à articulação e à luta sindical de operários; no período de 1947 a 1963, foi transformada em atividade de alfabetização de conscientização política através do teatro, rádio, circo, cinema, fotografia, entre outros, para promoção de mudanças políticas e sociais no país. A partir de 1983, passou a ser atividade de escolarização, para pessoas que não frequentaram a escola, por motivos diversos não tiveram acesso à escola/educação na faixa etária recomendada. (SILVA, 2007).

Na Educação de Jovens e Adultos, até os dias atuais, permanecem as características marcantes dos sujeitos para os quais a mesma foi criada, ou seja, o homem e a mulher excluídos por diversos motivos do sistema educacional, e

consequentemente de outros setores primordiais para uma vida digna. Assim a educação assume, em cada formação econômica e social e em cada momento histórico específico, funções e características diferentes (Paludo, 2001, p. 70). Neste sentido, em relação ao surgimento da educação de adultos, Paiva (1987, p. 47) afirma:

O Fundo Nacional do Ensino Primário, criado em 1942 e cujo funcionamento só se deu em 1946, serve como marco a partir do qual a educação dos adultos pode ser estudada como um aspecto da educação popular que merece destaque especial. Antes da segunda metade da década de 40, todos os problemas eram discutidos em relação à educação popular: era preciso difundi-la [...] de modo geral e para tanto fazia-se urgente eliminar os empecilhos legais ao auxílio da União aos Estados.

Após o surgimento da educação destinada a adultos, muitas foram as transformações pelas quais essa modalidade educacional passou. A educação popular cresceu na América Latina nas décadas de 1950 - 1960, dado o apoio dos governos desenvolvimentistas que trataram de expandir o Estado, onde os investimentos educacionais - supostamente tratavam de impulsionar a formação de recursos humanos para o desenvolvimento.

Na década de 70, essas duas correntes continuam, a primeira entendida como educação não-formal, alternativa à escola, e a segunda, como suplência da educação formal.

Na década de 80 ocorreu uma redução do Produto Interno Bruto do Brasil, caindo a renda real do indivíduo e como também os recursos destinados à educação, como sempre em nosso país, a educação não é prioridade dos governantes (TORRES, 2007; GADOTTI, 1998). Nesse contexto, Gadotti (1998, p. 1) acrescenta:

Na década de 50, a educação popular era entendida principalmente como educação de base, como desenvolvimento comunitário. No final dos anos 50 duas são as tendências mais significativas da educação popular; a primeira entendida como educação libertadora, como conscientização (Paulo Freire) e a segunda como educação funcional (profissional) [...].

A educação formal se refere à educação que o indivíduo adquire, quando frequenta uma instituição de ensino, ou seja, tem acesso ao conhecimento de maneira sistematizada. Os espaços entendem-se as instituições de ensino clássicas, ou seja, escolas e universidades. Educação informal, por sua vez, é aquela que a criança, o jovem e o adulto adquirem no contato com a família, com os amigos, no trabalho e no trato com os grupos dos quais se faz parte (SILVA, 2006).

Assim, a educação informal é aquela adquirida no dia a dia, resultado da convivência diária no ambiente em que o mesmo se encontra, por isso ser tão importante, os educadores levarem em consideração os conhecimentos pré-existente, pois representam muito e podem facilitar a aprendizagem, e isso exige planejamento para o ajuste dos conteúdos a serem ministrados contemplando a realidade do aluno. Portanto, o ser humano constrói o seu conhecimento, que pode ser adquirido de várias formas como o contato com a família, com a comunidade, com a igreja e também na escola e todas têm a sua importância e devem ser levadas em consideração.

Para Casério (2003), alguns fatores contribuíram para o processo de abertura política do país, o que refletiu diretamente na organização das atividades educacionais, foram elas: a intensificação do movimento pró-anistia aos punidos pelo regime militar, esses ligados ao campo cultural e educacional; o início das greves do magistério oficial; a criação de importantes entidades na área da educação, como é o caso da Associação Nacional de Docentes do Ensino Superior

– ANDES, a Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação – ANPED, entre outras.

No que diz respeito a educação de adultos, essa passou por algumas modificações, e isso é constatado durante toda história dessa modalidade educacional, como pode ser observado nos relatos de Soares (2002, p. 8) quando o mesmo afirma:

Depois de um período de censura, perseguição e forte repressão nas décadas de 1960, 1970 e meados de 1980, a educação de jovens e adultos passa por um momento de efervescência em todo o País. Estudos e pesquisas vêm demonstrando que o jovem e o adulto assumem-se como portadores de direitos reivindicando, com isso, o cumprimento do dever do Estado para com a educação.

De acordo com os relatos de Gadotti (2005), a história da educação de adultos, no país, está dividida em três períodos: o 1º que compreende de 1946 a 1958, nesse período, foram realizadas grandes campanhas inclusive oficiais, como é o caso das “cruzadas”, por “erradicar o analfabetismo” que era visto como uma doença, no 2º, tem-se de 1958 a 1964 – onde se realizou o 2º Congresso Nacional de Educação de Adultos, que contou com a participação de Paulo Freire. Surge então a ideia de um programa de enfrentamento ao problema de alfabetização: o Plano Nacional de Alfabetização de Adultos - PNA, extinto pelo Golpe de Estado em 1964, surgem também os Centros Populares de Cultura - CPCs, extintos no pós golpe militar em 1964. No 3º, surge o Movimento Brasileiro de Alfabetização MOBRAL e em 1985, foi criada a Fundação Nacional para a Educação de Jovens e Adultos - EDUCAR, diferenciando-se do MOBRAL em suas relações com os programas de educação (assessorias/descentralização), mas carecendo de recursos para a continuidade, sendo extinta em 1990. (FEITOZA, 2005; ROMÃO, 2000).

Uma experiência da EJA que foi bastante perseguida pelo projeto dos militares foi o Movimento de Educação de Base - MEB, apoiado pela Igreja Católica e implantado em 1961 e cuja duração foi até 1969. Foi nessa perspectiva, afirma Feitoza (2005), que houve uma repressão aos movimentos de Educação Popular, por conta do receio do novo regime, contra as pessoas e programas envolvidas com experiências alternativas, através de exílio, fechamento de locais e até mortes aos protagonistas. Por exemplo, o Movimento de Educação de Base permaneceu, com restrições aos seus objetivos e metodologias, ocorrendo a demissão de equipes e profundas dificuldades de recursos. Sofreu mudanças internas e, em 1970, obteve apoio federal por conta de sua vinculação a projetos governamentais.

Observa-se que a educação popular foi reivindicação de muitos que lutavam individual ou coletivamente pela construção de uma sociedade mais democrática e por escolas de qualidade. No entanto, verifica-se que cada vez mais se instalava o processo de industrialização no país, que paulatinamente ampliava-se a necessidade de pessoas com mais acesso à leitura e escrita para atender às exigências daquele momento.

Segundo Kleiman (2001, p. 17), ocorreu a transformação de analfabetos em alfabetizados em um projeto político de longa história do Brasil, iniciando-se na década de 30 e consolidando-se depois da segunda guerra mundial, por meio de sucessivos programas federais de grande alcance. Essa oferta de programas, década após década, aponta para o fracasso dessa tentativa de transformação.

Vê-se que a Educação de Jovens e Adultos sempre passou e continua passando por modificações, mas sempre deixando a desejar, quando se trata de compromisso por parte de governantes, os mesmos através de mecanismos pouco plausíveis ajustam leis, normas e programas a situações mais convenientes para o

momento em que se encontram. O comprometimento com uma educação de qualidade, principalmente, quando se trata da educação inclusiva de pessoas com um histórico de vida baseado em exclusões sociais, deve ser planejada enquanto política de Estado e não ações compensatórias governamentais.

A título de ilustração, vamos apontar como a EJA foi tratada na LDB de 1961 e de 1996.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) se constitui em um instrumento norteador para os profissionais da educação, pois nela estão contidas as diretrizes para a educação e uma classificação dos níveis de ensino a serem adotadas pelas instituições escolares.

Em 1961, a LDB nº 4.024 de 20 de dezembro não faz menção à educação popular nem ao ensino destinado a jovens e adultos, porém no Art. 27., assegura que: “O ensino primário é obrigatório a partir dos sete anos e só será ministrado na língua nacional”. Além disso, para os que o iniciarem depois dessa idade poderão ser formadas classes especiais ou cursos supletivos correspondentes ao seu nível de desenvolvimento, o mais complicado é que a LDB considerou todas as experiências de Educação Popular e EJA vivenciadas neste momento.

Entretanto, na LDB de 1996, em relação à modalidade educacional voltada para os jovens e adultos, que por motivos variados não frequentaram a sala de aula em tempo regular, consta no Título V, Capítulo II, Seção V, dois artigos relacionados a essa modalidade de ensino:

Art. 37- A educação de jovens e adultos será destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos no ensino fundamental e médio na idade própria.

§ 1º Os sistemas de ensino assegurarão gratuitamente aos jovens e aos adultos, que não puderam efetuar os estudos na idade regular, oportunidades educacionais apropriadas, consideradas as

características do alunado, seus interesses, condições de vida e trabalho, mediante cursos e exames.

§ 2º O poder público viabilizará e estimulará o acesso e a permanência do trabalhador na escola, mediante ações integradas e complementares entre si.

Art. 38- Os sistemas de ensino manterão cursos e exames supletivos, que compreenderão a base nacional comum do currículo, habilitando ao prosseguimento de estudos em caráter regular.

§ 1º Os exames a que se refere este artigo realizam-se ao:

I. No nível de conclusão do ensino fundamental, para os maiores de quinze anos;

II. No nível de conclusão do ensino médio, para os maiores de dezoito anos.

§ 2º Os conhecimentos e habilidades adquiridos pelos educandos por meios informais serão aferidos e reconhecidos mediante exames.

Os jovens e adultos, que se encontram nessa modalidade educacional, precisam ser instigados para que resgatem a sua autoestima, pois, estando à margem do processo ensino-aprendizagem, muitas vezes, poderão ser pessoas propícias a desenvolver sentimentos de angústia e complexo de inferioridade.

Por isso, o profissional da educação precisa estar preparado, aplicando no cotidiano de suas práticas, técnica e metodologias mais eficientes para que os alunos que se encontram em sala de aula, quer seja no ensino regular, quer seja na modalidade de jovens e adultos, possam estar preparados para serem cidadãos críticos e conscientes de seus papéis na sociedade.

A LDB é uma ferramenta muito importante para a educação, embora muitas coisas que nela estão asseguradas não se realizem, como é o caso de uma educação de qualidade, valorização profissional e a igualdade de condições para o aluno permanecer na escola.

2.2 A EJA e a Educação Popular

A sociedade quando anseia por melhorias, é porque o sistema de maneira geral não fomenta ou não fornece meios para que isso se efetue. Quando se trata de educação, os conflitos são mais complexos, pois nem sempre os interesses caminham com o intuito de atingir o sucesso do processo ensino-aprendizagem. E assim, a sociedade e suas mazelas ficam em evidência.

A Educação Popular surgiu de movimentos populares que buscavam artifícios para saírem da condição de vida que tinham, ou seja, uma vida de exclusão. Paludo (2001) afirma que a Educação Popular é uma prática social histórica que se faz mediada por sujeitos políticos e recursos que articulam em torno de si diferentes campos de forças políticas e culturais. Estas forças disputam entre si a administração das práticas educativas e articulam, de forma organizada, a perspectiva de determinados projetos econômicos, políticos e culturais da sociedade no seu conjunto.

Portanto, os sistemas e os movimentos educativos em geral, embora influenciem a sociedade a que servem, refletem basicamente as condições sociais, econômicas e políticas dessa sociedade (PAIVA, 1987).

Ainda sobre educação popular, que foi um movimento de grande conquista educacional para aqueles que se sentiam de alguma forma excluídos desse meio, Paludo (2001, p.65) afirma:

Os estudiosos da educação brasileira que se orientam por uma perspectiva crítica nem sempre deixam claro que a “Educação Popular” representa uma das concepções de educação que inicia sua gestação com o projeto de modernidade brasileiro e latino-americana, cujos contornos se inovam e começam a se delinear de forma mais clara, ganhando adesões importantes, no início dos anos 1960. Aprofundando-se nos anos 1970/80, esta concepção sofre

críticas contundentes no final dos anos 1980 e continua, com ganhos no âmbito de sua formulação e práticas, presente nos anos 1990.

Observa-se que a Educação, a cada dia, vem se tornando um instrumento de transformação social na vida de pessoas que buscam, através dessa concepção de trabalho/educação, melhorias em suas vidas e para a sociedade, nesse contexto, Freire (2007, p. 17) afirma:

A dimensão global da Educação Popular contribui ainda para que a compreensão geral do ser humano em torno de si como ser social seja menos monolítica e mais pluralista, seja menos unidirecionada e mais aberta à discussão democrática de pressuposições básicas da existência.

Quando os governantes que detêm o poder e os que almejam mudanças, como a sociedade menos favorecida, entrarem em um acordo, será possível obter melhores condições de vida. O termo “popular” apresenta-se com diferentes significados, as novas dimensões entre as práticas de Educação Popular, no final da década de 50 e início dos anos 60, o conceito estava atrelado a práticas direcionadas para o exercício da cidadania, no sentido de que possam assumir o seu papel sóciopolítico na sociedade. (BEZERRA, 1980 apud MELO NETO, 2004).

Nessa perspectiva, Paiva (1987, p. 23) afirma:

A importância da educação como instrumento ideológico poderoso é muito clara [...] os detentores do poder se encarregam de determinar a política educacional a ser seguida, os programas a serem promovidos ou estimulados e o conteúdo ideológico dos mesmos. Para os que disputam o poder, a educação é um instrumento somente quando as contradições do sistema, as crises, o clima de efervescência ideológica chegou a um ponto em que programas educacionais podem ser controlados por aqueles que se opõem à ordem vigente. Tamanha importância atribuída ao setor educativo como instrumento de mudança social – associado, portanto, às lutas políticas – só pode ser encontrada em sociedades onde a instrução popular não se generalizou [...].

A Educação Popular apresenta uma alternativa de educação especialmente para a EJA, portanto, os princípios de uma educação para libertação do homem é o que chamamos hoje de Educação Cidadã.

A Educação de Jovens e Adultos, embora não sendo recente no país, necessita de algumas mudanças, por isso, a mesma está sempre nas discussões dos educadores, preocupados com a qualidade da educação oferecida a esse público que em alguns aspectos diverge do público que frequenta a escola no tempo regular. De acordo com Silva (2007, p. 40):

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) não é uma prática recente no Brasil. Ela vem se dando desde os tempos coloniais. Em cada época a depender da conjuntura e dos propósitos de sua efetivação, ela assumiu um perfil diferente.

Nesse contexto, Freire (2007) afirma que o conceito de Educação de Adultos, desde a criação dessa modalidade educacional, vai se movendo na direção da Educação Popular na medida em que a realidade começa a fazer algumas exigências à sensibilidade e à competência científica dos educadores e das educadoras. Uma destas exigências tem a ver com a compreensão crítica dos educadores do que vem ocorrendo no meio popular. Portanto, para que se efetue a educação de qualidade, deve-se levar em consideração a realidade dos educandos, realidade essa que diz respeito aos fatores econômicos, políticos e sociais.

Nessa perspectiva, Silva (2007, p. 40) afirma:

O que hoje se denomina de EJA esteve, todo o tempo, direcionado a pessoas desfavorecidas pela estrutura econômica do capitalismo, que exclui amplos setores da população do acesso à educação escolar, à saúde e outros direitos, considerados básicos, como alimentação, moradia entre outros.

A educação, por ser também instrumento de reivindicação e de conscientização, deve fazer com que educadores e grupos populares tornem-se conhecedores, sobretudo do processo permanente de reflexão e da militância. Por isso, a sua capacidade de mobilizar em direção a objetivos próprios em benefício de melhores condições de vida.

A prática educativa, reconhecendo-se como prática política, recusa-se a deixar-se aprimorar por métodos burocráticos e procedimentos escolarizantes. Atrelando o processo de conhecimento, a prática educativa é tão interessada em possibilitar o ensino de conteúdos às pessoas quanto a sua conscientização. (FREIRE, 2007).

Sabe-se que a educação de adultos deu-se também mediante as reivindicações dos operários, em busca de melhores condições de vida, mas o conceito da Educação de Jovens, de acordo com Silva (2007, p. 40-41), consolidou-se na Conferência Internacional sobre Educação de Adultos - CONFINTEA 1997, em Hamburgo, definindo que:

A educação de adultos engloba todo o processo de aprendizagem, formal ou informal, onde pessoas consideradas “adultas” pela sociedade desenvolvem suas habilidades, enriquecem seus conhecimentos e aperfeiçoam suas qualificações técnicas e profissionais, direcionando-as para a satisfação de suas necessidades e as de suas sociedades. A educação de adultos inclui a educação formal, a educação não formal e o espectro da aprendizagem informal e incidental disponível em uma sociedade multicultural, onde os estudos baseados na teoria e na prática devem ser reconhecidos.

Ao ingressarem na EJA, os jovens e adultos se deparam com a educação formal, que a escola se propõe a oferecer, através de seus métodos e técnicas educacionais, que são capazes de promover o desenvolvimento do conhecimento escolar, alfabetizando-os num processo contínuo e construtivo, necessário para a

formação escolar do indivíduo, e assim, é possível que os alunos que já detêm certo conhecimento, este obtido de maneira informal, sejam capazes de se tornarem cidadãos mais críticos e conscientes de suas funções na sociedade, como também da sociedade para com eles.

Um programa de educação, destinado a jovens e adultos, não pode ser avaliado apenas pelo seu rigor metodológico, mas pelo impacto gerado na qualidade de vida da população a qual atende, esse impacto deve proporcionar transformações de maneira que os objetivos almejados pelos alunos sejam alcançados. A educação de adultos está condicionada às possibilidades de uma transformação real das condições de vida do aluno-trabalhador (GADOTTI, 1998). Quando se fala em transformação, a escola é o espaço privilegiado, pois cabe a ela promover ou propiciar os meios necessários para que isso se efetue de maneira satisfatória. Logo, surge a necessidade de educadores/escola que estejam preocupados, eminentemente, com o ensino, com a realidade desses alunos e suas aspirações.

Quando a escola e seus componentes se voltam para a transformação do seu espaço, não apenas físico, mas metodológico, pessoal e pedagógico, a instituição como um todo está buscando melhorias para atender as expectativas do seu público, ou seja, do homem e da mulher, do jovem e da jovem que buscam, no contexto escolar, entre outras aspirações, uma maneira de transformar a realidade em que vivem junto a sua família, realidade essa que os marginaliza, pois geralmente, são pessoas que ocupam cargos considerados inferiores, devido exatamente a falta de um nível de escolaridade que os favoreça a ocupar outros cargos e isso acarreta em moradias, acesso à saúde, à educação e salários precários e não as fazem pessoas realizadas.

De acordo com Briza (2005), a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) de 1996 diz que a proposta pedagógica é um documento de referência. Por meio dela, a comunidade escolar exerce sua autonomia financeira, administrativa e pedagógica, também chamada projeto político-pedagógico. Da forma como está prescrito na LDB, o Estado deve fornecer recursos humanos, pedagógicos e financeiros às escolas, essas devem, através do seu Projeto Político Pedagógico, gerir esses recursos. No entanto, não deve ser encarado como um conjunto de normas rígidas. Em 2008, o Ministério da Educação estende sua atuação na Educação de Jovens e Adultos para contemplar a educação profissional. Assim, de acordo com a Lei Nº 11.741, de 16 de julho de 2008¹, no artigo 37, § 3º:

A educação de jovens e adultos deverá articular-se, preferencialmente, com a educação profissional, na forma do regulamento e acrescenta no Art. 39.: A educação profissional e tecnológica, no cumprimento dos objetivos da educação nacional, integra-se aos diferentes níveis e modalidades de educação e às dimensões do trabalho, da ciência e da tecnologia.

Elaborar um Plano Político Pedagógico é uma oportunidade para a escola escolher o currículo e organizar o espaço e o tempo de acordo com as necessidades de ensino. Logo, esse documento deve ser resultante da reflexão coletiva (professores, alunos, gestores, coordenadores pedagógicos, pais entre outros), proporcionando espaços para que cada um dos sujeitos exponha seus objetivos e interesses com base nos princípios educativos, mantendo a coerência entre a teoria e a prática, para assim, o planejamento ocorrer em consonância com a construção

¹ Disponível em: <WWW.legislação.planalto.gov.br>. Acesso em 22 de janeiro de 2009.

do conhecimento, apresentando-se como algo significativo para as vidas dos alunos e para a comunidade.

2.3 Particularidades dos alunos e alunas da EJA

O público que frequenta a escola e que faz parte da Educação destinada a Jovens e Adultos geralmente apresenta características que, em dado momento, o assemelham e em outro que o diferenciam, devido a esse fato, é que os educadores, inseridos nessa modalidade educacional, precisam estar atentos a esses educandos que já trazem consigo alguma experiência profissional e de vida, muitas vezes, pautada em fracassos escolares e profissionais.

Em relação às características mais evidentes dos jovens e adultos que frequentam essa modalidade de ensino, Gadotti (2007, p. 31) informa:

Os jovens e adultos trabalhadores lutam para superar suas condições precárias de vida (moradia, saúde, alimentação, transporte, emprego, etc.) que estão na raiz do problema do analfabetismo. O desemprego, os baixos salários e as péssimas condições de vida comprometem o processo de alfabetização de jovens e dos adultos.

Diante do exposto pelo autor, percebe-se que o jovem e o adulto que estão inseridos no ensino EJA passam pelas mesmas condições de limitações quanto a necessidades tidas como básicas, como é o caso da alimentação, saúde e moradia. Portanto, essas pessoas, que trazem uma história de vida bastante marcada por exclusões, procuram a escola como meio de promoção e melhorias das condições de vida para si e para a família. Nesse contexto, Brasil (2006, p. 4) afirma:

A visão de mundo de uma pessoa que retorna aos estudos depois de adulta, após um tempo afastada da escola, ou mesmo daquela que inicia sua trajetória escolar nessa fase da vida, é bastante peculiar

protagonistas de histórias reais e ricos em experiências vividas, os alunos jovens e adultos configuram tipos humanos diversos. São homens e mulheres que chegam à escola com crenças e valores já constituídos.

De acordo com o Ministério da Educação, Brasil (2006), estudos indicam que o desenvolvimento psicológico é um processo que dura toda a vida e que a idade adulta é rica em transformações. Os adultos possuem mais experiências que os adolescentes e podem ter acumulado uma maior quantidade de conhecimentos. Talvez sejam menos rápidos, mas podem oferecer uma visão mais ampla, julgar melhor os prós e os contras de uma situação e ter boa dose de criatividade.

Os jovens e adultos que frequentam as salas de aula da EJA são capazes de interagir e modificar ações presentes nas escolas, quando os educadores levam em consideração o conhecimento desses alunos, adquiridos na luta cotidiana por melhores condições de vida, assim, ao fazerem parte de uma instituição de ensino, que os respeitem, buscam saciar suas expectativas por mudanças em suas vidas, por isso são merecedores de atenção e respeito.

Portanto, devido à exclusão das pessoas do sistema educacional, essas procuram a escola para que possam realizar, através dela, conquistas que antes lhes eram impossíveis por estarem à margem do processo de ensino-aprendizagem. Nesse sentido, Brasil (2006, p. 9) acrescenta:

[...] Grande parte dos alunos jovens e adultos, que buscam a escola, esperam dela um espaço que atenda às suas necessidades como pessoas e não apenas como alunos que ignoram o conhecimento escolar. Por outro lado todos eles acreditam que a escola possa imprimir-lhes uma marca importante e por isso apostam nela.

Muitas são as decepções do público que ingressa na EJA, pois todos são marcados por histórias de vida baseadas em renúncias, tornando-os, muitas vezes,

peessoas desacreditadas do que podem realizar. No entanto, quando o homem tem meios para se sobressair, pode realizar o trabalho que transforma a natureza em cultura, produzindo, ao mesmo tempo, um mundo de trocas sociais e solidárias. Ou ainda, ele pode dominar outros homens através da divisão desigual das relações do trabalho e do poder de reproduzir a estrutura dessas relações e de significar o mundo que elas produzem (BRANDÃO, 2002).

Quando se tem uma relação desigual entre homens que não podem dominar e aqueles que dominam, no primeiro caso, têm-se homens desvalorizados ou desacreditados do que podem fazer mediante a sociedade. Em relação ao assunto, Brasil (2006, p. 16) acrescenta:

Outra característica dos alunos e alunas da EJA é a baixa auto-estima, muitas vezes reforçada pelas situações de fracasso escolar. A sua eventual passagem pela escola, muitas vezes, foi marcada pela exclusão e/ou pelo insucesso escolar. Com um desempenho pedagógico anterior comprometido, esse aluno volta à sala de aula revelando uma autoimagem fragilizada, expressando sentimentos de insegurança e de desvalorização pessoal frente aos novos desafios que se impõem.

Com base nas lutas populares por melhores condições de vida, vê-se que para a construção da história dos homens e da liberdade dos mesmos não é dispensável um trabalho político no domínio da cultura. Assim, como um momento da história pode ser o da tomada do poder por grupos opressores que dominam os processos sociais de construção da cultura aos seus interesses. Outro momento pode ser o da conquista popular do poder que recupere, não só para o povo, mas para todos os homens, as dimensões perdidas das relações humanas do trabalho e da cultura. Para que as relações de desigualdade entre os homens diminuam, faz-se necessário que todos tenham, independente de classe social, a consciência crítica

que devem lutar por melhores condições de vida e a educação é um meio que pode mostrar o caminho.

Nessa concepção de educação, em que os conteúdos curriculares estão vinculados às questões sociais voltadas para a cidadania, quer seja no ensino em que os alunos se encontram em idade escolar ou na modalidade EJA, onde os alunos estão na faixa etária superior aos alunos que frequentam regularmente a escola, de acordo com o Ministério da Educação e Cultura (MEC), Brasil (2002, p. 25) se expressa da seguinte forma:

A educação para a cidadania requer que questões sociais sejam apresentadas para a aprendizagem e a reflexão dos alunos, buscando um tratamento didático que contemple sua complexidade e sua dinâmica, dando-lhe a mesma importância das áreas convencionais. Com isso o currículo ganha em flexibilidade e abertura, uma vez que os temas podem ser priorizados e contextualizados de acordo com as diferentes realidades locais e regionais e que novos temas sempre podem ser incluídos, além daqueles propostos pelos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN's).

A educação com o propósito de formar cidadãos só se realiza, quando a escola e os educadores contemplam no processo ensino-aprendizagem a complexidade que gira em torno dessa modalidade educacional, dando aos alunos da EJA as mesmas oportunidades que o sistema de ensino público deve oferecer, no entanto, é oportuno levar em consideração ou priorizar alguns aspectos como é o caso da realidade em que os alunos estão incluídos.

Em relação à educação, aos conhecimentos necessários para diminuir a diferenças entre os homens, o Ministério da Educação afirma:

O conhecimento ocupa parte considerável do trabalho que a escola realiza; o encontro entre alunos e seus professores e o diálogo que estabelecem são por essência, atos de conhecer [...]. Nesse sentido,

o conhecimento é vivo, mutável, compartilhado e transformante, e emerge das formas mais variadas de ação humana. Fazer, descobrir, criar, contribuir, relacionar, refletir são ações que movem a produção de conhecimentos. (BRASIL, 2006, p. 35-36).

O trabalho da escola constitui em minimizar as desigualdades que se estabelecem quando se têm pessoas que ficam à margem do processo político, econômico, social e principalmente educacional. Em relação à educação e ao educador, Freire (2005, p.77) acrescenta:

A educação que se impõe aos que verdadeiramente se comprometem com a libertação não pode funda-se numa compreensão dos homens como seres vazios a quem o mundo “encha” de conteúdos; não pode basear-se numa consciência espacializada, mecanicistamente compartimentada, mas nos homens como “corpos conscientes” e na consciência como consciência intencionada ao mundo. Não pode ser a do depósito de conteúdos, mas a da problematização dos homens em suas relações com o mundo.

Em relação à educação concedida na escola, quando a mesma é destinada a jovens e adultos, o educador necessita ter maior atenção, pois são pessoas, homens e mulheres que trazem histórias de vida, com exclusões profissional, educacional, ou em qualquer outra área. O que os mesmos precisam é que o educador seja um facilitador e articulador do conhecimento e que leve em consideração elementos da vivência que eles detêm. A escola democrática, portanto, é aquela que possibilita a todos a assimilação de conhecimentos escolares e o desenvolvimento de suas capacidades intelectuais de modo a estarem preparadas para participar ativamente da vida social (na profissão, na política, na cultura). (LIBÂNEO, 1994).

Profissionais que trabalham na educação destinada a jovens e adultos enfrentam imensos desafios: questões relativas à situação política e econômica e à pobreza das nossas populações, questões de natureza urbana e social, problemas

específicos do campo educacional que, cada vez mais, assumem proporções graves e têm implicações sérias, exigindo respostas firmes e rápidas, nunca fáceis, de um sistema educacional que, muitas vezes, parece não acompanhar as constantes mudanças e exigências que a sociedade busca, e espera da escola e de seus componentes maneira constante e veemente.

O aluno e aluna da EJA representam a sociedade que luta por um lugar mais digno na sociedade, especialmente, mais difícil para aqueles que não apresentam uma formação escolar adequada ou que atendam os requisitos mercadológicos, esses, cada vez mais, exigentes quanto à formação do indivíduo. Portanto, a escola, em seu papel de subsidiar esses jovens e adultos, deve se propor a melhorar sua estrutura de funcionamento de maneira geral, para que esse público encontre, nesse espaço, o conhecimento e possa galgar outros degraus em sua vida pessoal e profissional e assim sinta-se mais capaz de lutar pelo seu espaço na sociedade.

2.4 Reflexões sobre o planejamento na prática escolar

O ato de planejar faz parte da vida do ser humano. No nosso cotidiano, estamos sempre enfrentando situações que necessitam de planejamento, mas nem sempre as nossas atividades diárias são efetivamente organizadas, o que resultaria em ações mais práticas, uma vez que já pertencem ao contexto de nossa rotina. No entanto, quando se trata de situações que fogem do cotidiano, faz-se necessário usarmos procedimentos específicos para alcançar os objetivos almejados.

Durante as observações na Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio José Menino de Oliveira, em estudo, não foi possível verificar nenhum tipo de planejamento. Quando falamos de educação, o planejamento é parte imprescindível

ao processo ensino-aprendizagem para a eficiência do mesmo. A Educação oferecida na escola é tida como um meio para que tenhamos uma sociedade mais igualitária.

Nesse sentido, Libâneo (1994) afirma que se acreditamos que a educação escolar tem um papel na democratização das esferas econômica, social, política e cultural, ela será mais democrática quanto mais for universalizada a todos, assegurando tanto o acesso e a permanência, quanto ao domínio de conhecimentos básicos e socialmente relevantes e o desenvolvimento das capacidades intelectuais por parte do aluno. Quando a escola fornece meios para a formação de cidadãos está colaborando para a redução das desigualdades.

Para Colombo (2004), o planejamento é um importante instrumento de gestão que auxilia consideravelmente o administrador educacional em seu processo decisório, como também todo o corpo docente da escola, na busca de resultados mais efetivos e competitivos para a instituição de ensino. Nessa perspectiva, Sant'Anna et al (1998) acrescentam que a educação é concebida como fator de mudança, de renovação e progresso. Logo, por essas circunstâncias, o planejamento se impõe na educação como recurso de organização, tornando-se o fundamento de toda ação educacional. Um ensino de qualidade, que apresente em seu cerne os princípios da educação, deve ter, no planejamento, um grande aliado ao seu eficiente desempenho, como aponta Oliveira (2003, p. 31):

O ato de planejar é uma alternativa de fundamental importância para que professores, alunos e toda a escola alcancem os objetivos educacionais propostos no início do ano. Sendo que esse planejamento deve ser flexível para que os percalços que possam acontecer durante o ano letivo, não seja motivo para não executá-lo. O planejamento de ensino é a previsão das ações e procedimentos que o professor vai realizar junto a seus alunos, e a organização das atividades discentes e das experiências de aprendizagem, visando atingir os objetivos educacionais estabelecidos.

No entanto, o planejamento é apenas parte do processo, necessitando que o educador e a escola sempre os refaçam e os ajustem às necessidades que possam ocorrer durante o processo educacional que é complexo, e alguns entraves que surjam deverão ser solucionados para que o processo não seja incompleto, esteja na ação-reflexão-ação.

De acordo com Colombo (2004), o planejamento consiste na identificação, na análise e na estruturação dos propósitos da instituição em suas contradições internas rumo ao que esse pretende alcançar, levando em consideração suas políticas e recursos disponíveis.

Cabe ao professor, ao iniciar suas atividades em sala, observar e realizar uma sondagem para conhecer um pouco mais dos seus alunos e assim adotar métodos mais eficientes para trabalhar com a turma. Nesse sentido, Sant'Anna et al (1998) afirmaram que cabe ao professor, ao iniciar suas atividades, levar em consideração as reais possibilidades dos alunos, a fim de melhor orientar suas atividades e integração à comunidade; considerar a realidade individualmente, com o objetivo de desenvolver de forma homogênea todos os alunos; o que os alunos têm em comum, promovendo a relação entre a realidade escolar e comunitária e, principalmente, realizar a autoavaliação de suas reais possibilidades como pessoa e profissional para desenvolver seu trabalho com responsabilidade e de forma adequada.

O conhecimento das necessidades em qualquer área e a urgência em resolvê-las traz a necessidade de um planejamento e que todas as etapas sejam cumpridas com eficiência, só assim, o objetivo será alcançado. Para Menegolla e Sant'Anna (1999, p. 19), através do conhecimento da realidade, pode-se estabelecer com mais precisão quais as mais importantes urgências e necessidades, por isso

devem ser enfocadas, analisadas e estudadas durante o ato de planejar. Por esse ângulo, Libâneo (1994, p. 225) afirma:

O planejamento não assegura, por si só, o andamento do processo de ensino. Mesmo porque a elaboração está em função da direção, organização e coordenação do ensino. É preciso, pois, que os planos estejam continuamente ligados à prática, de modo que sejam sempre revistos e refeitos. [...]. Agindo assim, o professor usa o planejamento como oportunidade de reflexão e avaliação da sua prática, além de tornar menos pesado o seu trabalho, uma vez que não precisa, a cada ano ou semestre, começar tudo do marco zero.

Nessa perspectiva, o planejamento se constitui em uma prática de fundamental importância, pois consiste em evidenciar aos profissionais da educação como conduzir os seus trabalhos, na escola, para que os alunos sejam capazes de alcançar os objetivos educacionais estimados por toda a sociedade, como também atender, assistir e dar suporte às especificidades do contexto escolar.

Para Padilha (2001, p. 33), planejamento é:

Um processo que visa a dar respostas a um problema, através do estabelecimento de fins e meios que apontem para a sua superação para atingir objetivos antes previstos, pensando e prevendo necessariamente o futuro, mas sem desconsiderar as condições do presente e as experiências do passado, levando-se em conta os contextos e os pressupostos filosóficos, culturais, econômicos e políticos de quem planeja e de com quem se planeja.

O planejamento deve ser elaborado, executado e modificado mediante a realidade escolar e da comunidade na qual está inserida. A escola precisa da participação da comunidade de forma consciente e ativa, pois só assim, será possível proporcionar a inserção da comunidade na escola. Os professores devem reconhecer a importância das práticas pedagógicas entre as disciplinas que compõem o currículo escolar e a realidade concreta da vivência do aluno, a partir da

visão interdisciplinar do conhecimento. Daí a importância do ato reflexivo no dinamismo da prática pedagógica através da reflexão do projeto educativo em oposição à racionalidade técnica. O planejamento não deve levar em conta o consenso como ponto de partida, mas o conflito, que favorece a diversidade numa trajetória construída coletivamente para a tomada de decisões e para promover melhorias.

Libâneo (1994, p. 222) acrescenta:

O planejamento é um processo de racionalização, organização e coordenação da ação docente, articulando a atividade escolar e a problemática do contexto social. A escola, os professores e os alunos são integrantes da dinâmica das relações sociais; tudo o que acontece no meio escolar está atravessado por influências econômicas, políticas e culturais que caracterizam a sociedade de classes. [...].

O ser humano de qualquer idade, e de qualquer classe social tem sua vida regida por fatores econômicos, políticos e culturais. Por isso, necessita estabelecer metas definidas, clareando o que deseja para agir em função delas e assim atingir os objetivos almejados. (LUCKESI, 2005).

Nas instituições de ensino, o planejamento é fator preponderante, quando se almeja uma educação de qualidade e condizente com a sua função: formar cidadãos aptos a serem sujeitos ativos na sociedade a qual pertencem. A respeito do planejamento na escola, Luckesi (2005, p. 162) afirma:

Quando se trata de escola, o planejamento apresenta a mesma relevância, pois para que a escola possa oferecer uma educação de qualidade, se faz necessário que a mesma tenha objetivos definidos e quais os meios para atingi-los. O planejamento implica o estabelecimento de metas, ações e recursos necessários à produção de resultados que sejam satisfatórios à vida pessoal e social, ou seja, à consecução dos nossos desejos.

Oferecer uma educação de qualidade deve ser objetivo de toda a instituição de ensino, mas para isso, os gestores e professores devem escutar, elaborar, executar e avaliar como deve ser realizado o trabalho escolar e o que pode ser mudado para melhorar os resultados obtidos. A respeito do assunto, Piletti (2000, p. 75) afirma que o planejamento é importante para evitar a rotina e a improvisação; contribui para a realização dos objetivos visados, promove a eficiência do ensino; garante maior segurança na direção do ensino e economia de tempo e energia. Ainda com relação à importância e como o planejamento deve ser elaborado, Libâneo (1994, p. 228) acrescenta:

[...] Cabe à escola e aos professores elaborar os seus próprios planos, selecionar os conteúdos, métodos e meios de organização do ensino, em face das peculiaridades de cada região, de cada escola e das particularidades e condições de aproveitamento escolar dos alunos.

O planejamento escolar é uma atividade que deveria envolver toda a escola no processo de reflexão, nas decisões, na organização, no funcionamento e na proposta pedagógica da instituição de ensino. Nessa perspectiva, Dalmás (1994) afirma que para que o planejamento seja participativo, faz-se necessária a participação nas responsabilidades de elaboração, execução e avaliação, e não apenas na execução. Este processo permite a participação em todo o processo do planejamento e isso influenciará no cotidiano da escola, promovendo modificações nas relações e influenciando positivamente o processo de tomada de decisões.

É um momento de organização e coordenação da ação docente, articulando a atividade escolar e a problemática do contexto social, da escola e dos alunos nela inseridos. Em relação ao planejamento como tarefa indispensável ao professor, Libâneo (1994, p. 221) afirma:

O planejamento escolar é uma tarefa docente que inclui tanto a previsão das atividades didáticas em termos da sua organização e coordenação em face dos objetivos propostos, quanto a sua revisão e adequação no decorrer do processo de ensino. O planejamento é um meio para se programar as ações docentes, mas também um momento de pesquisa e reflexão intimamente ligado à avaliação.

Na modalidade educacional de jovens e adultos, devido a grande heterogeneidade encontrada em sala de aula, o público (que frequenta as salas de aula) tem histórias de vidas bastante diversificadas, no entanto, todos buscam melhores condições de vida e acreditam ser possível através da aquisição da aprendizagem no ambiente escolar. Portanto, o ato de planejar é indispensável para que a escola possa atender, de maneira mais satisfatória, às ansiedades por parte desse público.

Por mais bem fundamentado que seja o planejamento escolar, o professor precisa ter consciência de que alguns imprevistos podem surgir ao longo do ano letivo (e esses sinais não devem ser ignorados). É importante que haja uma avaliação constante do processo de ensino, com o educador sempre alerta para diagnosticar obstáculos encontrados e medir o ritmo de avanço das atividades sobre os temas programados (GUIMARÃES, 2009).

Nessa perspectiva, um bom planejamento deve apresentar as seguintes características segundo Piletti (2000, p. 75):

Ser elaborado em função das necessidades e das realidades apresentadas pelos alunos; ser flexível, isto é, deve dar margem a possíveis reajustamentos sem quebrar sua unidade e continuidade, podendo ser alterado se necessário; ser claro e preciso, isto é, os enunciados devem apresentar indicações bem exatas e sugestões bem concretas para o trabalho a ser realizado; ser elaborado em íntima correlação com os objetivos visados e ser elaborado tendo em vista às condições reais e imediatas de local, tempo e recursos disponíveis.

Como pode ser observado no relato de Piletti, o planejamento deve levar em consideração a realidade dos alunos quanto aos fatores sociais, econômicos, culturais, presentes no cotidiano dos jovens e adultos que buscam a escola, devido a grande diversidade, já que essa modalidade é composta por jovens e adultos que se apresentam fora da faixa etária tida como adequada para as séries que se encontram, o planejamento deve ser flexível, pois em qualquer eventualidade, seja possível adotar outros procedimentos mais condizentes com os problemas que surgem.

Para que os planos sejam efetivamente instrumentos para a ação, devem ser como um guia de orientação e devem apresentar ordem sequencial, objetividade, coerência, flexibilidade. (LIBÂNEO, 1994, p. 223). Ainda de acordo com esse autor:

[...] Os elementos do planejamento escolar—objetivos, conteúdos, métodos — estão recheados de implicações sociais, têm um significado genuinamente político. Por essa razão, o planejamento é uma atividade de reflexão acerca das nossas opções e ações; se não pensamos detidamente sobre o rumo que devemos dar ao nosso trabalho, ficaremos entregues aos rumos estabelecidos pelos interesses dominantes da sociedade. A ação de planejar, portanto, não se reduz ao simples preenchimento de formulários para controle administrativo; é, antes, a atividade consciente de previsão das ações docentes, fundamentadas em opções político-pedagógicas, e tendo como referência permanente as situações didáticas concretas (isto é, a problemática social, econômica, política e cultural que envolve a escola, os professores, os alunos, os pais, a comunidade, que interagem no processo de ensino). (LIBÂNEO, 1994,p. 222).

Diante do exposto por Libâneo, observa-se que existem elementos fundamentais a serem observados, mediante a elaboração do planejamento e essas informações dizem respeito ao público que o planejamento deve atingir, como isso se dará? Aonde se quer chegar? Nesse contexto, Piletti (2000, p. 62 - 65) afirma que são as seguintes as etapas do planejamento de ensino:

- a) **Conhecimento da realidade** – conhecer o aluno e seu ambiente é a primeira etapa do processo de planejamento. É preciso saber quais as aspirações, frustrações, necessidades e possibilidades dos alunos, fazer uma abordagem;
- b) **Elaboração do plano** – a partir dos dados fornecidos pela abordagem e interpretados pelo diagnóstico, têm-se condições de estabelecer o que é possível e como fazer para alcançar o que se julga possível e como avaliar os resultados. Para elaborar o plano através dos seguintes passos: determinação dos objetivos; seleção e organização dos conteúdos; seleção e organização dos procedimentos de ensino; seleção de procedimentos de avaliação e estruturação do plano de ensino;
- c) **Execução do plano** – a execução do plano consiste do conhecimento das atividades previstas ou não, pois uma das características de um bom planejamento deve ser a flexibilidade;
- d) **Avaliação e aperfeiçoamento do plano** – ao término da execução do que foi planejado, passamos a avaliar o próprio plano com vistas ao replanejamento.

Todo o planejamento só poderá ser iniciado, quando se conhece a realidade que envolve os sujeitos para o qual o mesmo vai ser elaborado, quando se conhece a realidade dos alunos é possível alcançar os objetivos e todo educador deverá ser consciente de que deverá adotar o planejamento como um ato indispensável para se oferecer uma educação de qualidade. Freire (2007, p. 15-16) afirma:

Não é possível a educadoras e educadores pensar apenas os procedimentos didáticos e os conteúdos a serem ensinados aos grupos populares. Os próprios conteúdos a serem ensinados não podem ser totalmente estranhos àquela cotidianidade. O que acontece, no meio popular, nas periferias das cidades, nos campos – trabalhadores urbanos e rurais reunindo-se, para rezar ou para discutir seus direitos -, nada pode escapar à curiosidade, arguta dos educadores envolvidos na prática da Educação Popular.

Não é concebível a um educador engajado com a problemática educacional do mundo contemporâneo, onde a globalização está presente, na sociedade de uma forma geral, inclusive no sistema educacional, não participar ativamente das diferentes fases do planejamento.

O profissional da educação, formador de cidadãos, deve fazer valer e promover uma educação de qualidade para esses jovens e adultos ávidos por conhecimentos, por oportunidades que a cada dia se distanciam do perfil educacional que os mesmos se encontram, neste sentido, uma forma de qualificar a educação e a prática pedagógica, na sala de aula, é ter um planejamento permanente envolvendo os professores, é a ação-reflexão-ação.

Planejar não é apenas seguir as regras estabelecidas no início do ano, mas durante todo o ano poder verificar onde e quando pode ser melhorado para que o processo de ensino-aprendizagem se efetue de maneira satisfatória.

Tudo o que foi planejado necessita ser executado com as mesmas habilidades: conhecimentos, empenho e senso coletivo. Os conhecimentos utilizados no planejamento são os mesmos que devem, no cotidiano, traduzir-se em prática, caso contrário, será apenas papel que não promoverá nenhum efeito positivo, não basta usar a filosofia, a história, a sociologia, a psicologia e a ciência específica só no planejar, é importante também que se verifique cotidianamente o verdadeiro auxílio desses conhecimentos nos atos de ensinar e de aprender (LUCKESI, 2005).

Nesse contexto, Libâneo (1994, p. 223) afirma que o planejamento escolar tem, assim, as seguintes funções:

- ✓ Explicitar princípios, diretrizes e procedimento do trabalho docente que assegurem a articulação entre as tarefas da escola e as exigências do contexto social e do processo de participação democrática;
- ✓ Expressar os vínculos entre o posicionamento filosófico, político-pedagógico e profissional e as ações efetivas que o professor irá realizar na sala de aula através de objetivos, conteúdos, métodos e formas organizativas.

- ✓ Assegurar a racionalização, organização e coordenação do trabalho docente, de modo que a previsão das ações docentes possibilite ao professor a realização de um ensino de qualidade e evite a improvisação e a rotina;

- ✓ Prever objetivos e métodos a partir da consideração das exigências postas pela realidade social, do nível de preparo e das condições sócio-culturais e individuais dos alunos;

- ✓ Assegurar a unidade e a coerência do trabalho docente, uma vez que torna possível inter-relacionar, num plano, os elementos que compõem o processo de ensino: os objetivos (para que ensinar), os conteúdos (o que ensinar), os alunos e suas possibilidades (a quem ensinar), os métodos e técnicas (como ensinar) e a avaliação, que está intimamente relacionada aos demais;

- ✓ Atualizar o conteúdo do plano sempre que é revisto, aperfeiçoando-o em relação aos progressos feitos no campo de conhecimento, adequando-os às condições de aprendizagem dos alunos, aos métodos, técnicas e recursos de ensino que vão sendo incorporados na experiência cotidiana;

- ✓ Facilitar a preparação das aulas: selecionar o material didático em tempo hábil, saber que tarefas professor e alunos devem executar, replanejar o trabalho frente a novas situações que aparecem no decorrer das aulas.

O planejamento não é apenas seguir o que foi estabelecido, nem deve ser realizado e reavaliado a cada período de atividades: semestral, anual, trimestral, mas sim considerando o surgimento de desafios ou situações que requeiram novas atitudes, novo repensar. O planejamento não é inalterável, pelo contrário, sempre que houver mudanças que justifiquem, ele deve ser revisto, reavaliado para que

seus objetivos sejam atingidos, pois a prioridade é alcançar o objetivo, não a manutenção do planejamento como se o mesmo fosse perfeito.

Ainda de acordo com o autor citado, para que os planos sejam efetivamente instrumentos para a ação, devem ser como um guia de orientação e apresentar ordem sequencial, objetividade, coerência, flexibilidade.

Guia de orientações – nele são estabelecidas as diretrizes, e os meios de realização do trabalho docente. Como a sua função é orientar a prática, partindo das exigências da própria prática, ele não pode ser um documento rígido e absoluto, pois uma das características do processo de ensino é que está sempre em movimento, está sempre sofrendo modificações face às condições reais [...] (LIBÂNEO, 1994, p. 223).

No guia de orientações, estão contidos os caminhos a serem seguidos, ou seja, o mesmo serve de orientação para o trabalho a ser desenvolvido pelos educadores, no entanto, o mesmo poderá ser modificado de acordo com as necessidades, constituindo-se dessa forma em um documento flexível.

Ordem sequencial – progressiva para alcançar os objetivos, são necessários vários passos, de modo que a ação docente obedeça a uma sequência lógica não se quer dizer, na prática, os passos não possam ser invertidos [...] (LIBÂNEO, 1994, p. 224).

O planejamento deve obedecer a uma ordem, para que todas as etapas apresentem uma sequência lógica e assim ser mais fácil atingir os objetivos estabelecidos. Quando o trabalho é realizado de maneira organizada e sequencial, todas as características importantes do processo de planejamento são detectadas.

Objetividade – é a correspondência do plano com a realidade à que se vai aplicar. Não adianta fazer previsões fora das possibilidades humanas e materiais da escola, fora das possibilidades dos alunos. É somente tendo conhecimento das limitações da realidade que

podemos tomar decisões para superação das condições existentes [...] (LIBÂNEO, 1994, p. 224).

Todo o trabalho, principalmente quando se trata de educação e mais precisamente de planejamento na modalidade educacional de jovens e adultos, deve ser objetivo, focado nas metas e nos meios necessários para atingir os objetivos educacionais, que além de várias metas, a prioridade é manter o aluno, na escola, e motivá-lo para o processo de ensino-aprendizagem.

Coerência – entre os objetivos gerais, específicos, conteúdos, métodos e avaliação. Coerência é a relação que deve existir entre as idéias e a prática. É também a ligação lógica entre os componentes do plano [...] (LIBÂNEO, 1994, p. 224).

No decorrer de todo o processo de planejamento, nas suas diferentes fases, todas as partes que o compõem devem estar coerentes, com isso, não permite que alguns meios utilizados para atingir os objetivos sejam diferentes ou não estejam coerentes com aquilo que se almeja ou planejou, que é utilizar a realidade do aluno no processo de aprendizagem.

Flexibilidade – no decorrer do ano letivo, o professor está sempre organizando e reorganizando o seu trabalho. O plano é um guia e não uma decisão inflexível. A relação pedagógica está sempre sujeita a condições concretas, a realidade está sempre em movimento, de forma que o plano está sempre em movimento, de forma que o plano está sempre sujeito a alterações. [...] (LIBÂNEO, 1994, p. 224).

No que diz respeito à flexibilidade do planejamento, isso significa que as decisões tomadas inicialmente em relação aos conteúdos, as metodologias a serem adotadas, as formas de avaliação entre outros podem, no decorrer do ano letivo, passar por alterações que venham melhorar o processo ensino-aprendizagem. Para

tanto, precisa observar paulatinamente o aluno, seu envolvimento, participação e aprendizagem.

Para que a instituição de ensino, juntamente com todos que a compõem ofereçam uma educação que atenda às necessidades da comunidade e do público que a frequenta, necessita planejar suas atividades, Silva (1999, p. 23) acrescenta:

A materialização da proposta de trabalho, através do planejamento participativo, representa um avanço significativo nas atividades educacionais na tentativa da Escola Cidadã, para que os agentes educativos cresçam como indivíduos críticos, conscientes e responsáveis. A escola, como instituição social, cabe desenvolver um trabalho co-participativo para transformação da realidade, que pressupõe a transformação do homem.

A escola, que pretende oferecer uma educação de qualidade, deve ter seu planejamento levando em consideração todas essas etapas, mas se não tiver aplicabilidade, ou seja, se não for possível de ser aplicado, considerando a relação conhecimento científico/cotidianidade do aluno, não será viável, funcionará apenas como uma atividade formal, burocrática.

O planejamento deve ter por base os pontos anteriormente citados por Libâneo, onde pode se observar que deverá girar em torno do aluno, considerando-o como agente primordial no processo ensino-aprendizagem e no caso específico da EJA, deve-se reconhecer sua trajetória de vida como elemento a ser inserido no planejamento, pois é para ele que o mesmo é elaborado. Como também é pelo educando e pela sociedade, de uma forma geral, que se procura uma educação de qualidade.

O planejamento é um dos processos da prática educacional que apresenta grande relevância, pois dele dependerá o sucesso do ensino-aprendizagem. Quando se trata da Educação de Jovens e Adultos, essa prática tem um sentido todo

especial, devido às particularidades dessa modalidade educacional, por isso, não é concebível que uma instituição de ensino veja o planejamento apenas como um documento a ser arquivado e não colocado em prática.

Portanto, diante dessas colocações, é relevante a pesquisa a respeito do tema planejamento executado na Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio José Menino de Oliveira - Solânea-PB, no ensino fundamental.

3 UMA EXPERIÊNCIA COM A EJA

A pesquisa metodológica é o estudo que se refere a instrumentos de captação ou de manipulação da realidade. Esta, portanto, associada a caminhos, formas, maneiras, procedimentos para atingir determinados fins (VERGARA, 2006, p. 47).

Este estudo objetiva analisar o planejamento de ensino e qual a sua importância para os professores no processo ensino-aprendizagem na escola, mas para isso apresentaremos os principais aspectos de onde ocorreu a pesquisa.

3.1 O município

A descrição dos aspectos gerais sobre o município de Solânea se faz necessário para facilitar a compreensão dos leitores. Nesse sentido, passamos a apresentar, de forma panorâmica, alguns elementos geográficos e históricos do mesmo.

O município de Solânea foi emancipado do município de Bananeiras, passando de Vila Moreno para o Distrito. Há quem atribua essa mudança de nome a uma homenagem prestada a Sólon de Lucena.

O Distrito de Moreno, assim era chamada Solânea, inicialmente, foi criado através da Lei nº 637 de 04 de dezembro de 1926, para ser elevado a Vila de Moreno em 15 de novembro de 1943 através do Decreto-lei nº 1.164. Mas, de fato a história de Solânea tem seu início graças a Tancredo de Carvalho, Leôncio de Costa, Alfredo Pessoa de Lima, João Elísio da Rocha, Luiz Ferreira de Melo, Antônio Alencar, Celso Cirne, Humberto Coutinho de Lucena e outros, que através da Lei nº

967 de 26 de novembro de 1953, ato do então governador João Fernandes de Lima, concedeu a autonomia a Solânea. (CARVALHO apud ARAÚJO, 2003).

O nome Solânea recebeu a sugestão de Alfredo Pessoa de Lima, pois o advogado buscou inspiração nas solanáceas a exemplo do fumo que apresentava uma produção significativa, inclusive sendo destinado a outros estados pertencentes a outras regiões. (ARAÚJO, 2003).

A área do município de Solânea pertence a Mesorregião do Agreste e Microrregião do Curimataú Oriental e possui uma área de 266 Km², de acordo com o Censo do IBGE realizado a cada 10 anos, em 2000, a população era de 30.658 habitantes, (IBGE, 2000).

A respeito dos limites do município, os dados referentes à Solânea são segundo Bastos (1987): ao norte Cacimba de Dentro; ao sul Serraria e Arara; ao leste Dona Inês, Bananeiras e Borborema e ao oeste Casserengue. O município tem uma altitude de 630 metros, latitude de 6° 45' 08" e longitude de 35° 32' 24" W. Gr. Aproximadamente.



FIGURA 1 - Mapa da Paraíba com destaque para o município de Solânea

Fonte: Atlas Escolar da Paraíba (2002).

O clima predominante é ameno e a temperatura oscila entre 16° e 32° C°. O período das chuvas tem início em janeiro, prolongando-se até o mês de agosto.

A precipitação pluviométrica da região se caracteriza pelas irregularidades das chuvas e, por conta disso, não se tem um planejamento agrícola capaz de viabilizar a produção do setor primário, compatibilizando-a com as necessidades básicas da produção que dependem de maneira acentuada da geração dos produtos agrícolas desenvolvidos na região.

Além disso, o estoque de água sofre um prejuízo muito grande em função da irregularidade da precipitação pluviométrica, não só no que se refere à área agrícola como também no que diz respeito à pecuária.

O município de Solânea, com relação ao relevo, não apresenta acidentes que mereçam destaques, Serra Velha e a Serra das Cabaças ao centro, embora pequenas merecem citação.

A cidade de Solânea pertence à unidade geomorfológica como Escarpa Oriental da Borborema, que é cedido por morros, serras e cristais que avançam na depressão, formando os primeiros contrafortes orientais da Borborema constituídos por terrenos cristalinos antigos (pré-cambriano).

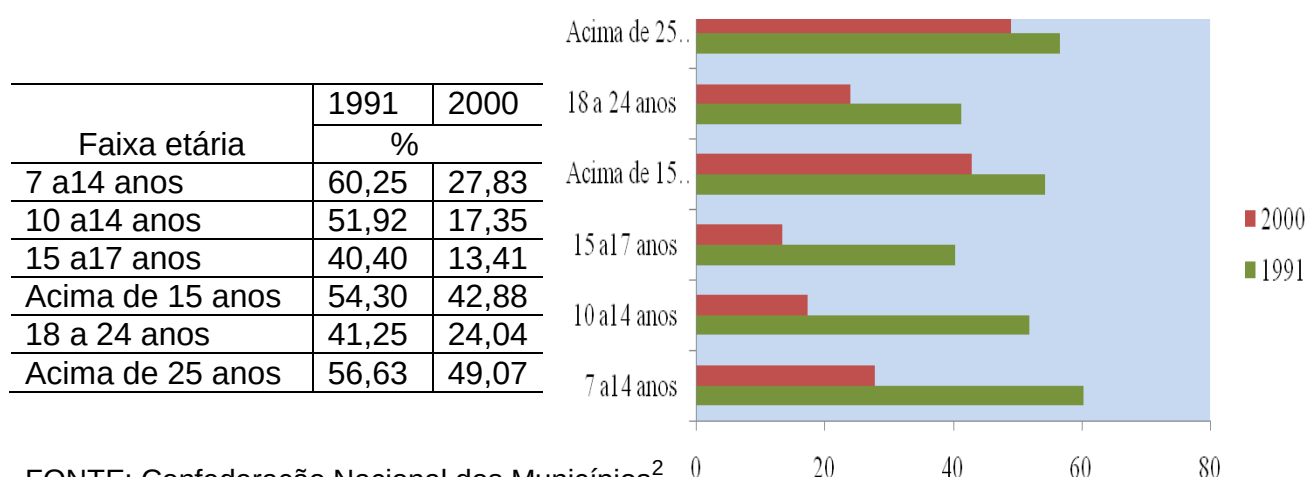
As terras do município são cortadas por pequenos cursos d'água como o riacho da Mariana e o das Lages. Ao sul, é banhado pelo rio Jacaré, separando-o dos municípios de Serraria e Arara; e ao norte, com o rio Curimataú, separando-o de Cacimba de Dentro até a propriedade Três Irmãos.

3.1.1 Alguns dados sobre a educação no município de Solânea-PB

De acordo com o IBGE (2000), citado pela Confederação Nacional dos Municípios, a situação do analfabetismo, no município de Solânea, era a seguinte no ano 2000: como pode ser observada na Figura 2, tendo ocorrido uma redução significativa no percentual de analfabetos nas diferentes faixas etárias do ano de 1991 em comparação ao ano 2000.

No entanto, as reduções foram menores na faixa etária acima de 15 anos (11,97%) e 7,56% na faixa acima de 25 anos.

FIGURA 2 – Situação de analfabetismo no município de Solânea



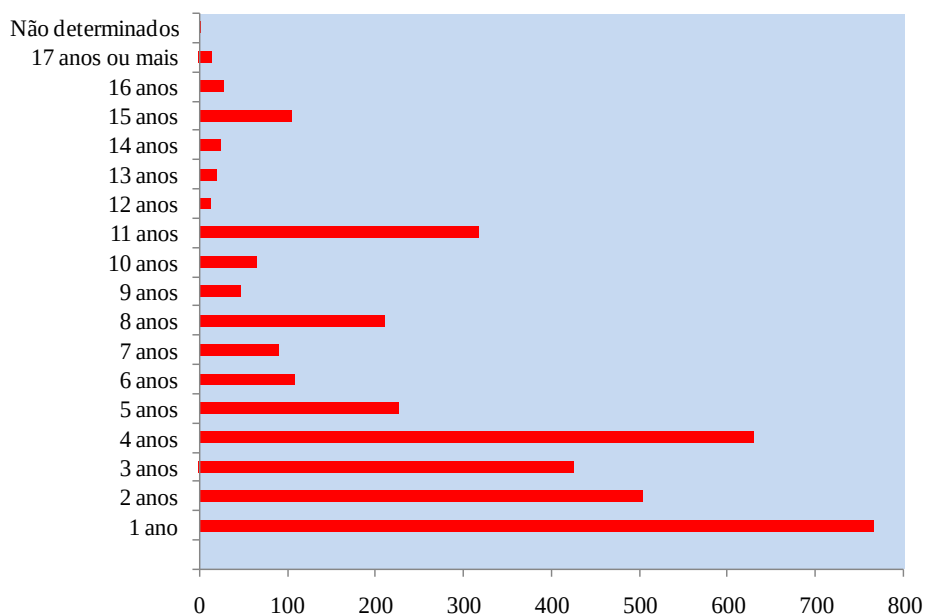
FONTE: Confederação Nacional dos Municípios²

Em relação aos anos de estudos do responsável das residências particulares, verifica-se que a maioria 3.915 dos responsáveis dos domicílios não apresenta instrução ou tem menos de 1 ano de estudo. Como pode ser verificado na Figura 3.

² Disponível em: Confederação Nacional dos Municípios: <<http://www.cnm.org.br/educacao>>. Acesso em 22 de jan. de 2009.

FIGURA 3 – Número de residências e anos de estudo do responsável pelo domicílio

Anos de estudo	Número de domicílios
1 ano	765
2 anos	503
3 anos	426
4 anos	629
5 anos	226
6 anos	108
7 anos	90
8 anos	210
9 anos	47
10 anos	65
11 anos	317
12 anos	12
13 anos	19
14 anos	24
15 anos	104
16 anos	27
17 anos ou mais	17
Não determinou	1



FONTE: Confederação Nacional dos Municípios

3.2 A Escola – campo de pesquisa

Como elemento metodológico do estudo ora apresentado foi realizada uma pesquisa na Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio José Menino de Oliveira - Solânea-PB. Essa escola foi fundada em 03 de janeiro de 1985, na cidade de Solânea e através da resolução nº 31/85 foi autorizado o funcionamento do Colégio Comercial José Menino de Oliveira, com curso profissionalizante de 2º grau com habilitação em Técnico em Contabilidade. Essa última como não conta com prédio próprio está situada na Escola Municipal de Ensino Fundamental e Médio José Menino de Oliveira, com a qual divide as dependências físicas.

Em 1999, os cursos profissionalizantes em contabilidade foram extintos (Decreto nº 2.208/97- Cruz (2003)), no entanto, como havia alunos regularmente matriculados e que precisavam concluir o curso, o mesmo funcionou até 2001 e a partir dessa data, o colégio citado foi extinto. A Escola se localiza à Rua Celso Cirne, 488, Solânea-PB. Mas sabe-se da importância de cursos técnicos para a profissionalização de jovens e de adultos, pois é através de seus cursos que há uma maior inserção de jovens no mercado de trabalho.

Atualmente na escola, funciona o ensino médio regular e a segunda fase do ensino fundamental na modalidade de Educação de Jovens e Adultos, no período noturno. A referida escola conta com 01 diretor, 01 vice-diretor, 01 secretário, 09 professores, 3 agentes administrativos e 1 porteiro. A escola apresenta uma estrutura física boa, como também tem um bom número de alunos matriculados.

A escolha por esse local de pesquisa se deu pelo fato da mesma oferecer o curso fundamental na modalidade Educação de Jovens E Adultos, constituindo-se, dessa forma, o espaço que apresenta os aspectos necessários para atingir os objetivos da pesquisa.

FIGURA 4 – Visão frontal da Escola Municipal de Ensino Fundamental e Médio José Menino de Oliveira.



Fonte: Pesquisa de campo (2008).Acervo do autor.

FIGURA 5 – Secretaria da Escola Municipal de Ensino Fundamental e Médio José Menino de Oliveira.



Fonte: Pesquisa de campo (2008). Acervo do autor.

FIGURA 6 – Sala de aula da Escola Municipal de Ensino Fundamental e Médio José Menino de Oliveira.



Fonte: Pesquisa de campo (2008). Acervo do autor.

3.3 A pesquisa – conhecendo os professores e suas práticas

O trabalho de pesquisa deve ser planejado e executado de acordo com normas requeridas por cada método de investigação. Baseado no exposto por Richardson (2007), pode-se dizer que existem dois grandes métodos de pesquisa a serem adotados: o da pesquisa qualitativa e quantitativa, que apresentam uma descrição e explicitação dos fenômenos sociais para explicar melhor os dados obtidos.

Ainda de acordo com Richardson (2007), o método quantitativo diz respeito ao emprego da quantificação, tanto em relação às modalidades de coleta de informações, quanto ao tratamento delas por meio de técnicas estatísticas, sejam essas técnica: a mais simples com o percentual ou a mais complexa com uma análise de regressão.

Esse método é utilizado com a intenção de garantir a precisão dos resultados, evitar distorções de análise e interpretação, possibilitando, conseqüentemente, uma margem de segurança quanto às inferências.

Em relação ao método qualitativo, adota-se por se apresentar como a forma mais adequada de entender os fenômenos sociais como aponta Richardson (2007, p. 80):

[...] os estudos que empregam uma metodologia qualitativa podem descrever a complexidade de determinado problema, analisar a interação de certas variáveis, compreender e classificar processos dinâmicos vividos por grupos sociais, contribuir no processo de mudança de determinado grupo e possibilitar, em maior nível de profundidade, o entendimento das particularidades do comportamento dos indivíduos [...].

A pesquisa qualitativa leva em consideração características que não podem ser medidas em escalas de valores por ter caráter subjetivo, ou seja, é através dela que se conhece e se compreende as características de um fenômeno de uma determinada população, enquanto a pesquisa quantitativa apresenta-se como meio do pesquisador ter maior confiabilidade e precisão dos dados coletados.

A pesquisa qualitativa se preocupa com as ciências sociais, com um nível de realidade que não pode ser quantificado. [...] Trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis. [...] a pesquisa quantitativa nas ciências sociais são justificadas pelos próprios princípios clássicos utilizados nas ciências da natureza: a) o mundo social opera de acordo com leis causais; b) o alicerce da ciência é a observação sensorial; c) a realidade consiste em estruturas e instituições identificáveis enquanto dados brutos por um lado e crenças e valores por outro; e d) o que é real são os dados brutos subjetivos que só podem ser compreendidos através dos primeiros. (MINAYO, 1999, p. 21-23).

Esses dois tipos de pesquisas se complementam, pois juntas investigam os fenômenos ou população de forma mais completa. Richardson (2007, p. 88) afirma que, embora existam diferenças ideológicas entre os dois métodos, podem-se identificar três instâncias de integração entre ambos os métodos: no planejamento da pesquisa, na coleta de dados e na análise da informação.

A população ou grupo pesquisado (universo) é um conjunto de elementos que possuem as características que se constituem objeto de estudo, já a amostra é uma parte do universo (população) escolhido segundo algum critério de representatividade (VERGARA, 2006).

O universo desta pesquisa foi composto pelos professores num total de 09 que atuam na segunda fase do Ensino Fundamental, na modalidade EJA, da Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio José Menino de Oliveira em Solânea-PB,

sendo sujeitos da pesquisa 07, esses professores que se propuseram participar da mesma.

Para atender o objetivo do estudo que foi o de analisar o planejamento de ensino e qual a percepção de sua importância para os professores no processo ensino-aprendizagem, na Educação destinada aos Jovens e Adultos, tomou-se como sujeitos os professores da escola estudada, num total de 07 (sete). Sujeitos são as pessoas que fornecerão os dados de que o pesquisador necessita (VERGARA, 2006).

A coleta de dados primários foi realizada, na escola em estudo, através de questionários estruturados com perguntas objetivas e subjetivas a respeito do tema escolhido (APÊNDICE A). Segundo Richardson (2007, p. 189), os questionários cumprem pelo menos duas funções: descrevem as características e medem determinadas variáveis de um grupo social. Também foi realizada uma pesquisa bibliográfica em livros, artigos, internet, dissertações e uma pesquisa baseada em dados fornecidos pela escola em estudo.

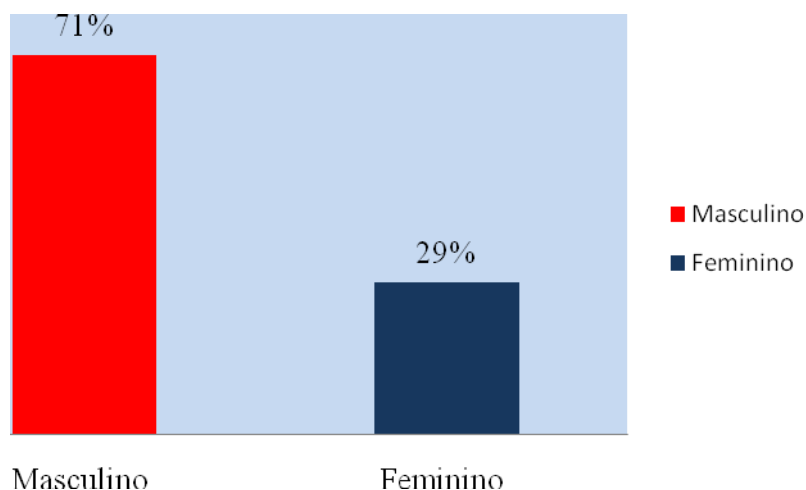
Os dados obtidos, nessa pesquisa, foram organizados, analisados, interpretados e apresentados através de gráficos, textos e discussões.

Para que fosse mantido o anonimato dos professores entrevistados, optou-se, devido a relutância dos mesmos em responder aos questionamentos, pela utilização de códigos para identificar os mesmos, P= professor (P1, P2....P7), tendo em vista a preservação da identidade dos entrevistados.

4 REFLEXÕES SOBRE A EXPERIÊNCIA DO PLANEJAMENTO DE ENSINO PARA A EJA

O estudo realizado, na Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio José Menino de Oliveira, apresentou-nos resultados sobre o processo de planejamento. A primeira parte dos dados a serem apresentados é referente aos entrevistados, para que assim fosse possível a caracterização dos mesmos, como também se adotou códigos na identificação dos entrevistados de forma que o sigilo fosse mantido.

GRÁFICO 1 – Gênero dos entrevistados



Fonte: Pesquisa de campo (2008).

De acordo com os dados do Gráfico 1, observa-se que 71% dos professores que fazem parte da Educação de Jovens e Adultos são do gênero masculino. Ainda referente aos entrevistados, os mesmos apresentam formação em nível Médio, Graduação e Pós-Graduação de acordo com a Tabela 1.

Os dados referentes ao gênero dos educadores revelam uma tendência atual, onde os homens estão em número cada vez mais significativos quando se trata da educação, que era predominantemente um campo feminino.

TABELA 1 – Tempo que os entrevistados lecionam e formação

Su jeit os	Temp o que lecion a	Ensino Fundamental (1º e 2º segmento)	Ensino Médio	Educação de Jovens e Adultos (anos e disciplinas)	Formação dos docentes entrevistados
P1	19 anos	5 anos	19 anos	5 anos (Matemática)	Técnico em Contabilidade
P2	10 anos	6 anos	10 anos	6 anos (Ciências.)	Licenciatura em Biologia
P3	19 anos	6 anos	19 anos	6 anos (Artes, Geografia, Português e História)	Bacharelado em Economia
P4	10 anos	7 anos	3 anos	6 meses (Inglês)	Licenciatura em Letras
P5	8 anos	2 anos	8 anos	2 anos (Matemática)	Licenciatura Plena em Matemática
P6	6 anos	6 anos	6 anos	1 ano (não especificou a disciplina)	Licenciatura em Ciências Agrárias – Pós- Graduação/Zootecnia - Produção Animal.
P7	8 anos	4 anos	4 anos	8 anos (Língua Portuguesa)	Letras e Pós- Graduação em nível de Especialização em PROEJA

Fonte: Pesquisa de campo (2008).

Como observamos nos dados da Tabela 1, encontram-se os resultados do tempo que os professores entrevistados lecionam em cada nível, observa-se que todos apresentam um tempo de serviço no magistério (em sala de aula), nos diferentes níveis de ensino, havendo um predomínio para o Ensino Médio em relação à EJA, apresenta-se uma variação de 5 a 8 anos nessa modalidade, o que pode-se explicar por que a mesma foi implantada em 2002 na referida escola.

Observa-se que é bastante diferenciada a formação dos educadores, esse fato pode estar diretamente associado à percepção que cada educador pode ter e se posicionar em relação às diferentes atividades desenvolvidas na escola, como é o caso do planejamento, pois aqueles professores que receberam uma formação direcionada para a área técnica não tiveram embasamento para as questões pedagógicas, como é o caso do planejamento; já para aqueles que são provenientes de cursos na área da educação, não é uma questão nova, no entanto, todos devem ter a responsabilidade que precisam se adequar à nova realidade e tudo que ela exige.

Como se pode perceber, existe uma predominância dos educadores que ensinam na área que são formados, o que aponta condições pedagógicas para desenvolver um planejamento e ação, na escola, de forma que atenda, com mais qualidade, os interesses dos alunos e também à diversidade presente na formação dos professores.

No entanto, existem professores que estão atuando em áreas totalmente diferentes da qual receberam formação, embora tenham uma vivência na Educação de Jovens de Adultos, não os qualifica para exercer essas funções.

Quando foram indagados por que estavam trabalhando na Educação de Jovens e Adultos, obtivemos as seguintes respostas:

TABELA 2 – Razão pela qual se encontram na Educação de Jovens e Adultos.

P1	Porque a escola adotou o projeto como necessário devido a faixa etária do aluno e como um dos articuladores do projeto na escola, resolvi junto com os demais colegas, desenvolver o projeto
P2	Porque tanto a escola bem como a turma precisava e precisa do meu trabalho
P3 -	Gosto de lecionar
P4	Disponibilidade de vagas
P5 e P6	Por que foram convocados através de concurso público
P7	não respondeu

Fonte: Pesquisa de campo (2008).

De acordo com as respostas dos educadores, pode-se observar que os professores, que estão na Educação de Jovens e Adultos, passaram em concurso – P5 e P6 ou apenas foram remanejados por fazerem parte do quadro de professores da escola (P1 e P2), e outros pela disponibilidade de vagas e porque gostam de lecionar na EJA, como bem mostraram em seus depoimentos, isso representa um fator fundamental para um bom trabalho na EJA e na escola.

O educador P7 não se posicionou como também em outras questões existentes no questionário, no entanto em nenhum momento, o mesmo se mostrou indiferente à pesquisa, mas se prontificou a participar de forma espontânea. Logo, o comportamento desse educador foi surpreendente, quanto foi verificada a ausência de sua opinião em alguns questionamentos.

A diversidade de opiniões com relação a EJA pode influenciar diretamente no processo ensino-aprendizagem, pois são professores que não apresentam qualificação direcionada para a EJA, ou ainda estão inseridos nessa modalidade de ensino apenas pelo fato de já fazerem parte do corpo docente da escola. Portanto, não ocorreu um critério de seleção de educação mais específico para a EJA, não sendo esse o fato mais importante, pois todos já poderiam estar inseridos em cursos que qualificam pessoal para essa modalidade educacional.

TABELA 3 – Concepção dos educadores sobre planejamento.

P1	É a forma de estruturar e organizar planos educacionais visando atingir os objetivos com maior aproveitamento
P2	O plano de aula
P3	É a forma de estruturar ou organizar o projeto pedagógico
P4	É a organização de procedimentos conteúdos, tempo, a fim de favorecer o ensino-aprendizagem
P5	Programação das aulas
P6	É o processo se obtém maior eficiência em atividades educacionais com o objetivo de alcançar metas estabelecidas
P7	não respondeu

Fonte: Pesquisa de campo (2008).

Observa-se que os educadores apresentaram opiniões bastante parecidas, pois afirmaram em sua maioria que o planejamento diz respeito a um processo onde se procura, como o próprio nome já diz, planejar. Ou seja, as opiniões indicam que os entrevistados entendem o que é planejamento, com exceção de P7 que não se pronunciou, logo não é um assunto o qual não conheçam. Portanto, quando se efetiva realmente essa prática pedagógica, tão necessária à escola e se realiza de maneira positiva, responsável, de forma coletiva, flexível e avaliada constantemente, com certeza, os objetivos pré-definidos serão alcançados.

TABELA 4 – Concepção dos educadores sobre o porquê de se planejar na escola e na sala de aula.

P1	Planejar na escola, é fundamental para que haja participação dos professores e melhor desenvolvimento dos conteúdos programáticos
P2	A base do ensino, que o aluno vai levar é a base do estudo bem elaborado
P3	Para uma melhor organização e aproveitamento do conteúdo programado
P4	Planejar na escola proporciona a troca de experiência, opiniões, integração entre professores
P5	Para um melhor trabalho
P6	Para que o aluno possa absorver o máximo do conteúdo de acordo com a sua realidade
P7	não se pronunciou

Fonte: Pesquisa de campo (2008).

Os educadores apresentam opiniões parecidas quanto ao motivo pelo qual se deve planejar, indicando que sabem os fins do planejamento, isso pode ser verificado na opinião de P1 – *“Planejar na escola, é fundamental para que haja participação dos professores e melhor desenvolvimento dos conteúdos programáticos”*. Embora seja explícito que os educadores saibam o que significa planejamento, sua função e a importância desse para o processo ensino-aprendizagem, não atuam dessa forma.

Para aprofundar na questão do planejamento, recorreremos à colaboração de Luckesi (2005, p. 164):

A atividade de planejar é uma atividade coletiva, uma vez que o ato de ensinar na escola, hoje, é um ato coletivo, não só devido a nossa constituição social como seres humanos, mas, mais que isso, devido ao fato de que o ato escolar de ensinar e aprender é coletivo. Os alunos não trabalham isolados; atuam em conjunto. Os professores não o agem sozinhos, mas articulados com outros educadores e especialistas em educação. [...].

Sendo o ato de planejar uma forma de evitar improvisações, como também atingir objetivos, quando se conhece a realidade e a disponibilidade de recursos, isso se torna uma prática que, a cada dia, deve contar com a participação de todos. Em relação ao assunto, o Ministério da Educação Brasil (2006, p. 3) afirma que “planejar é a atividade em que se projetam fins e se estabelecem os meios para chegar até eles”. Pode-se observar que o planejamento escolar só poderá ter êxito quando todos componentes (professores, gestores, alunos, entre outros) que fazem parte do processo educativo estiverem envolvidos com empenho e responsabilidade.

TABELA 5 – Os educadores entrevistados citam as características do planejamento escolar.

P1	Desenvolvimento do projeto pedagógico/ estrutura dos conteúdos programáticos/ organização dos conteúdos específicos
P2	Seguir o conteúdo correto, como foi feito no plano de aula
P3	Equilíbrio entre meios e fins/ Equilíbrio entre recursos e objetivos/ estruturação e organização do projeto/ Desempenho dos alunos
P4	<i>Flexível e coerente (não há planejamento na escola “José Menino de Oliveira”)</i>
P5	Bom plano de aula/ Bom relacionamento com alunos
P6	Organização, disciplina e viabilidade dos recursos didáticos
P7	Não se pronunciou

Fonte: Pesquisa de campo (2008).

De acordo com os educadores, o planejamento apresenta características na opinião dos mesmos bastantes semelhantes, para P3 – *“Equilíbrio entre meios e fins/ Equilíbrio entre recursos e objetivos/ estruturação e organização do projeto/ Desempenho dos alunos”*. Logo, percebemos que os educadores sabem das características do planejamento. No entanto, o ato de planejar se realiza mecanicamente e não falam da realidade do aluno/da comunidade, desse modo não é possível que esse se torne um norteador de suas atividades, pois não se procura conhecer o aluno e o ambiente onde o mesmo se encontra. Realizam o planejamento como mais uma tarefa desenvolvida, na escola, e da qual não se pode deixar de participar, mas que é permitida uma participação insignificante, sem alterar o que já está no papel, pois esse para muitos é o significado do planejamento “papel”.

Para Luckesi (2005, p. 162), planejamento implica o estabelecimento de metas, ações e recursos necessários à produção de resultados que sejam satisfatórios à vida pessoal e social, ou seja, à consecução dos nossos desejos.

O planejamento educacional deve ter como meta a oferta de uma educação de qualidade, por isso, o mesmo deve levar em consideração algumas características, como por ele ser elaborado de acordo com a realidade do educando e da escola, a participação coletiva de professores, funcionários, gestores e alunos; ser flexível, ou seja, poder se adequar a algumas situações inusitadas que possam ocorrer durante o processo educativo, ser claro e objetivo.

Embora se observe que os professores percebem quais as características do planejamento e sendo os mesmos conhecedores da importância dessa prática para o sucesso da educação a ser oferecida, o entrevistado P4, afirma que na Escola, em estudo, essa prática não se realiza, essa opinião poderá estar embasada não

necessariamente na ausência dessa prática, mas sim na realização dessa de forma a não atender o que de fato seria um planejamento, e isso pode nos revelar que alguns educadores afirmem que essa seja uma realidade na escola.

TABELA 6 - Funções do planejamento escolar na opinião dos entrevistados

P1	Promover ao aluno um melhor aproveitamento dos conteúdos e desenvolver as qualidades morais, psicológicas e intelectuais
P2	Transmitir de acordo com o planejamento, para que o aluno tenha uma boa aprendizagem
P3	Previsão das atividades a serem desenvolvidas ao longo do ano (semestre)/Aproveitamento do conteúdo/ Melhor aprendizagem do aluno
P4	Evitar o imprevisto/ Evidenciar a concatenação dos conteúdos à realidade do educando;
P5	Programar uma educação de qualidade
P6	Indicar princípios e procedimentos bem como as diretrizes de trabalho para alcançar os objetivos do aluno e da escola
P7	não respondeu

Fonte: Pesquisa de campo (2008).

Ao refletirmos sobre as concepções dos educadores, percebemos que todos tem uma ideia do que seja o planejamento e suas funções, não sendo esse o fato a ser apontado para que os mesmos não o construam, na escola, de maneira mais significativa, mas acreditamos ser de fato uma falta de interesse pela educação, o que pode ser verificado desde os governantes que não têm compromisso com as políticas educacionais e têm promovido um desinteresse por parte das instituições de ensino e seus sujeitos (gestores, educadores, alunos) que não se sentem motivados a lutar por melhorias e têm ocasionado deficiências que podem ser verificadas nos altos índices de evasão escolar, repetêncas, entre outros nas escolas de nosso país.

Nessa perspectiva, Gandin (2005, p. 17) tem a seguinte opinião:

O planejamento deve alcançar não só que se façam bem as coisas que se fazem (chamamos isso de eficiências), mas que se façam as coisas que realmente importa fazer porque são socialmente desejáveis (chamamos a isso de eficácia). E acrescenta que essa finalidade só será alcançada quando o processo de planejamento for concebido como uma prática que sublima a participação, a democracia, a libertação. Então o planejamento é uma tarefa vital, união entre vida e técnica para o bem-estar do homem e da sociedade.

O planejamento tem a função de permitir ao professor e ao educando conhecer os pontos que podem e devem ser melhorados, como também conduzir o processo ensino-aprendizagem de forma que não seja desperdiçado tempo com improvisações, pois, quando se planejam as ações, estas deverão ter como referência que objetivos propostos sejam alcançados.

Para os educadores entrevistados, o planejamento é a maneira pela qual o sucesso do processo ensino-aprendizagem seja atingido, ou seja, os alunos aprendem mais, pois os professores se planejam em suas atividades desenvolvidas em sala, tendo como base as necessidades dos alunos e o desenvolvimento das competências dos educandos. Se de fato os educadores planejassem, pensando no aluno e não como mais uma tarefa a ser desenvolvida na escola, achando que essa tarefa é de sua competência, a educação, de uma forma geral, não passaria pelos desgastes conhecidos no sistema educacional do país.

TABELA 7 – Fatores que devem ser levados em consideração no ato de planejar.

P1	A aplicação dos projetos na prática diária/ Desempenho do ensino aprendizagem
P2	Objetivos, conteúdos, estratégias e avaliação
P3	Objetivos gerais, conteúdos programáticos, estratégias de ensino, recursos didáticos e procedimentos avaliação mediante orientação da escola e habilidades do professor
P4	Conteúdos favoráveis a realidade do aluno/ tempo/ conteúdo
P5	Tempo e alunos
P6	O acompanhamento e o aprimoramento
P7	não se manifestou

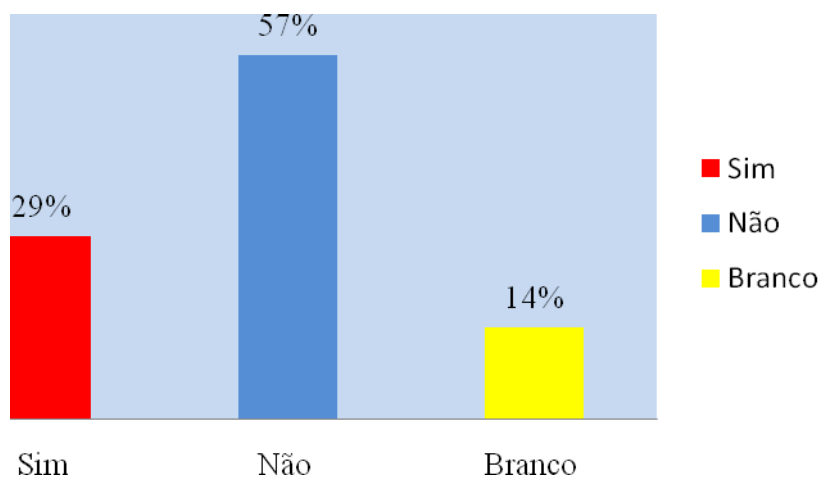
Fonte: Pesquisa de campo (2008).

Deve-se sempre levar em consideração os objetivos almejados, para que isso ocorra, faz-se necessário a participação coletiva, de forma responsável e comprometida com a prática pedagógica a ser desenvolvida, como também para com o aluno e a aprendizagem do mesmo.

Os educadores entrevistados sabem a importância do planejamento como também são conhecedores do que se deve levar em consideração no momento em que se planeja como afirma P3 – “*Objetivos gerais, conteúdos programáticos, estratégias de ensino, recursos didáticos e procedimentos avaliação mediante orientação da escola e habilidades do professor*”. No entanto, verifica-se, a seguir, que a realidade é um pouco diferente da mencionada nessa questão, ou seja, a prática é muito diferente e não é condizente com o posicionamento dos educadores.

No que diz respeito à colaboração no ato do planejamento da disciplina, como pode ser observado no Gráfico 2, a maioria dos entrevistados afirmou que não contam com a colaboração de ninguém na elaboração do planejamento da disciplina, como indica o Gráfico abaixo:

GRÁFICO 2 – Colaboração na realização do Planejamento



Fonte: Pesquisa de campo (2008).

Na opinião dos professores entrevistados, o planejamento ocorre da seguinte forma, para P1 o planejamento é realizado com a colaboração do professor da área e acrescenta: *“é realizado de forma coordenada para que se possa atingir os objetivos”*. P2 afiança que o planejamento é realizado por toda a equipe escolar e isso ocorre bimestralmente.

Observa-se que numa prática educativa escolar, onde o planejamento ocorre bimestralmente, não dá conta das necessidades cotidianas do ensino, sobretudo quando se trata de EJA, porque são vários os aspectos a serem observados e para isso necessita-se de tempo e disponibilidade dos agentes que compõem a escola para proporem mudanças como também escutarem, executarem e avaliarem se todos os objetivos estão sendo alcançados, por isso se faz necessário que o tempo disponível como também o interesse para esse ato seja realmente um momento de fazer a diferença, é o espaço em que se exige ação, reflexão e ação.

No que diz respeito ao planejamento ser elaborado de forma coletiva, esse processo de colaboração não se verifica na escola, em estudo, pois 57% dos entrevistados atestou isso quando afirmou que não colabora com a elaboração do planejamento, (Gráfico 2).

Em relação à participação dos alunos na seleção dos conteúdos e no planejamento, observa-se no Gráfico 3, a seguir, que a maioria (86%) confirma que essa não se efetiva e apenas 14% afirmaram que sim. Para aqueles que afirmaram que o aluno participava, destacam-se as seguintes opiniões: P3, o aluno opina e P4 essa participação é de forma direta.

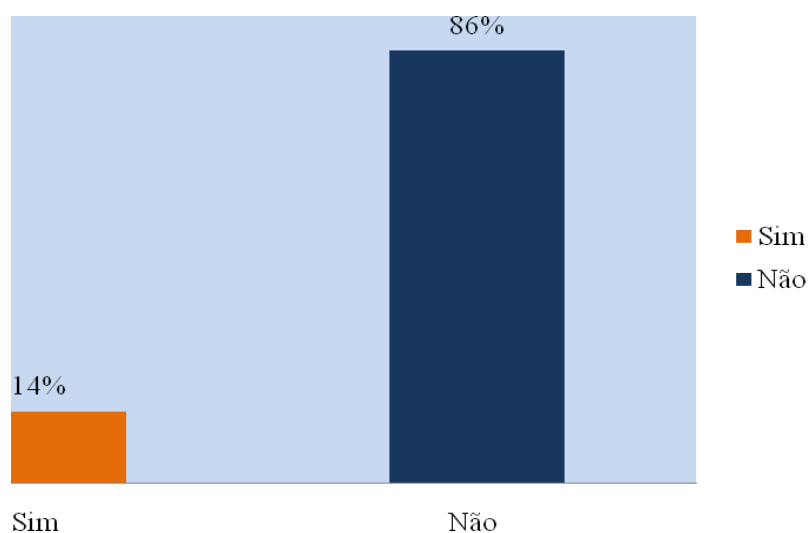
Para Sant’Anna et al (1998, p. 33) os conteúdos representam o conjunto, rico e variado, de conhecimentos que possibilitam ao aluno desenvolver suas

capacidades, ao mesmo tempo que lhe esclarece suas relações com os outros e com o meio onde vive.

Quando se observa as opiniões dos educadores, percebe-se como esses alunos e suas necessidades são colocados à margem do processo educativo, indicando que a grande maioria desses alunos não são “sujeitos” do processo ensino-aprendizagem, são seres passivos, não sendo possível aos mesmos exporem suas necessidades e ambições em relação à vida de maneira global.

Sabemos que o educando não tem conhecimento necessário para participar diretamente na seleção dos conteúdos, no entanto, acreditamos que essa participação seria no sentido de tornar as suas peculiaridades conhecidas pelos que realizam o planejamento e têm embasamento para selecionar os conteúdos de acordo com o que é pré-estabelecido pelos órgãos superiores a exemplo do Ministério da Educação. E dessa forma, os conteúdos seriam mais adequados à realidade dos educandos.

GRÁFICO 3 – Participação do aluno na seleção dos conteúdos e no planejamento



Fonte: Pesquisa de campo (2008).

Em relação à participação dos sujeitos inseridos na EJA, Arroyo (2005, p. 28) afirma como uma conquista relacionada à luta pelos direitos, conforme podemos ver abaixo:

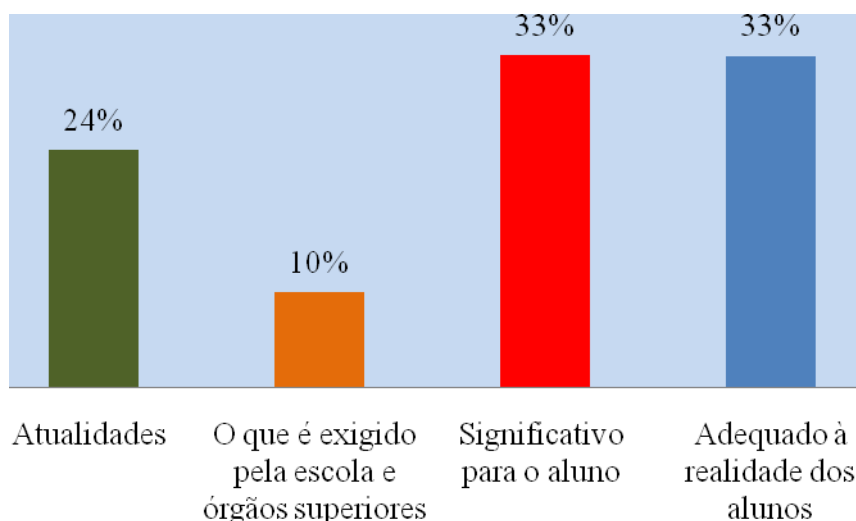
[...] A EJA somente se afirmará entrando nos espaços que os movimentos sociais vão abrindo nas lutas por seus direitos. Fala-se muito hoje em parcerias entre a sociedade, seus diversos atores e o Estado, porém as parcerias que contribuirão na configuração da EJA como garantia de direitos e como dever de Estado serão aquelas que situam suas intervenções na legitimação dos direitos dos excluídos, dos setores populares, aqueles atores sociais que superarem visões assistencialistas para com esses setores populares, que os reconhecerem sujeitos coletivos de direitos, na totalidade dos direitos humanos. Criar alguns espaços para a continuidade de estudos dos jovens e adultos populares, nada ou pouco fazendo por mudar as estruturas que os excluem do trabalho, da vida, da moradia, de sua memória, cultura e identidade coletiva não configurará a EJA no campo dos direitos. [...].

De acordo com as respostas dos educadores, onde 86% afirmam que os educandos não participam da seleção dos conteúdos e do planejamento, observa-se que ainda é insuficiente a participação dos educandos nas decisões tomadas na escola e que fazem parte do cotidiano de suas vidas e que delas dependerão a construção do conhecimento e, conseqüentemente, o futuro dessas pessoas que esperam receber da escola subsídios que lhes possam auxiliar na vida profissional e pessoal.

A exclusão dos alunos da EJA, no momento de selecionar os conteúdos, deve-se ao fato dos professores planejarem e não oportunizarem os discentes a contribuir significativamente na seleção dos conteúdos, pois não acreditam que os alunos tenham conhecimento suficiente para realizar ou participar de tal tarefa. Mas não seria o conteúdo em si; eles iriam relatar suas experiências e campo de interesses e os professores fariam as interações possíveis entre essas falas e os conteúdos a serem trabalhados em sala de aula.

Sobre os critérios utilizados para a seleção dos conteúdos, de acordo com os pesquisados, essa prática se realiza de várias formas, como podem ser constatados no gráfico apresentado a seguir:

GRÁFICO 4 – Critérios de seleção de conteúdos



Fonte: Pesquisa de campo (2008).

No Gráfico 4, de acordo com a opinião dos docentes que se posicionaram sobre a questão, observa-se que os conteúdos significativos para os alunos e adequados à realidade dos mesmos receberam igualmente o mesmo percentual (33%), seguidos do critério atualidade com 24% e apenas 10% disseram o que é exigido pela escola ou órgãos aos quais são submetidos. E o educador P3 acrescenta outros meios que foram: “processo de pesquisa, redação e estudo de caso”.

No entanto, há aqui uma contradição: se o aluno não foi instigado a participar, expor seus interesses, os conteúdos mesmo significativos para o aluno tornam-se

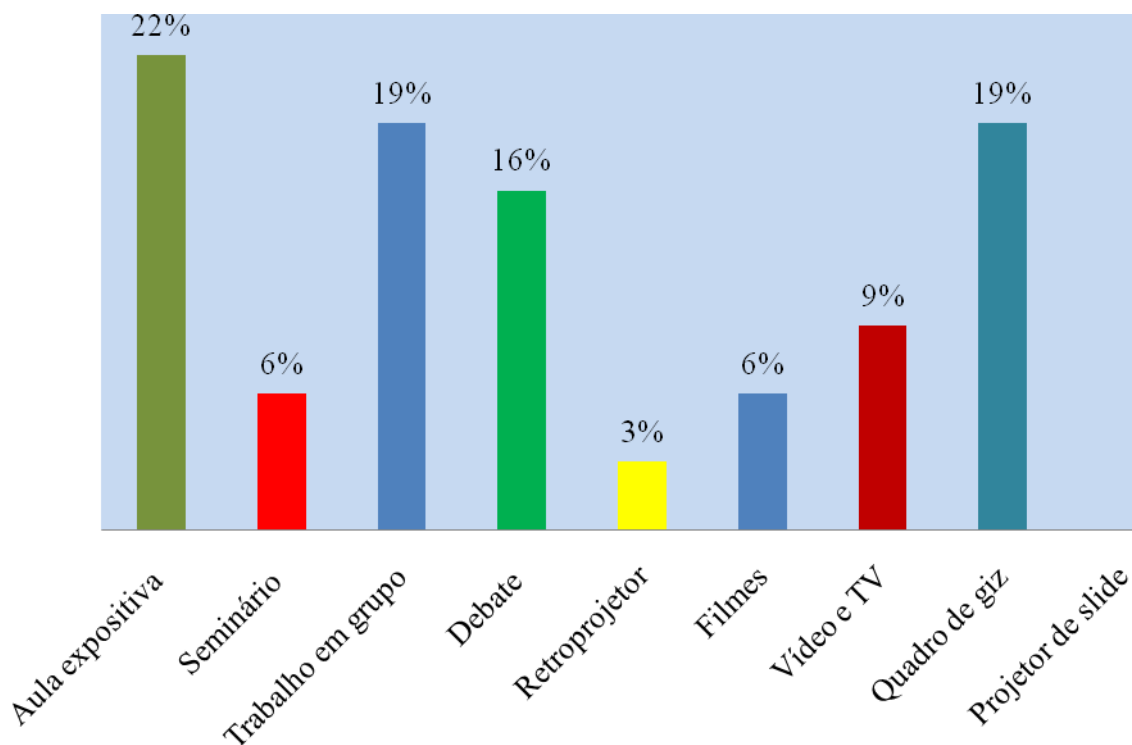
limitados, pois foi apenas a visão do professor, o aluno não foi um sujeito participativo.

De acordo com Ministério da Educação, Brasil (2006 p, 34), na Educação de Jovens e Adultos, os conteúdos devem permitir aos alunos o exercício pleno da cidadania, o saber indispensável às suas ações que vão desde desempenhar uma profissão até participar de sua comunidade.

Sendo as salas destinadas à Educação de Jovens e Adultos repletas de pessoas com experiências diversas no que diz respeito a história de vida, não cabe ao professor planejar sozinho, nem tampouco perder tempo com improvisações, pois esse alunos não dispõem de tempo a perder, por isso deve-se levar em conta a realidade desses alunos, selecionar criteriosamente os conteúdos e os procedimentos necessários para oferecer uma educação de qualidade.

Quando se compara o resultado exposto no gráfico 3, no qual 86% dos educadores afirmaram que os alunos não colaboram na seleção dos conteúdos, e no gráfico 4, os mesmos educadores afirmam que os conteúdos selecionados levam em consideração o que é significativo para os alunos e o que é adequado aos mesmos. No entanto, verifica-se uma contradição nas opiniões expostas, pois se os professores não os oportunizam, como podem saber das necessidades e da realidade dos alunos? Acredita-se que o educador no seu convívio de sala de aula, na relação professor/aluno possa detectar de maneira informal as informações que possam subsidiá-lo na escolha dos conteúdos, selecionando-os de acordo com os critérios por eles indicados.

Os resultados que se referem aos métodos e recursos didáticos, na opinião dos docentes, encontram-se dispostos no gráfico 5, a seguir:

GRÁFICO 5 – Métodos e recursos didáticos utilizados em sala de aula

Fonte: Pesquisa de campo (2008).

Constata-se que a aula expositiva é mais utilizada e foi apontada por 22% dos entrevistados, seguida com igual percentual 19%, quadro-de-giz e trabalho em grupo, e debate com 16%. Diante de algumas indagações realizadas com docentes, verificou-se que as aulas ministradas de forma expositiva são geralmente tradicionais, com algumas exceções, onde as mesmas acontecem também de forma crítica, pois nesse caso, mesmo numa aula expositiva tradicional, o professor oportuniza o educando a expor suas ideias, interagindo, assim, de forma efetiva.

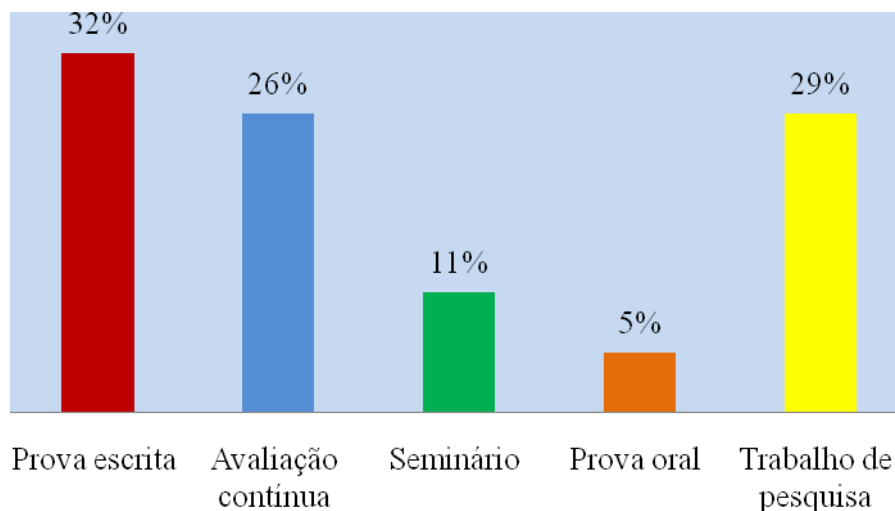
Independente dos métodos e recursos didáticos utilizados pelos educadores, o que importa é que o professor saiba que os alunos, em particular da EJA, têm direitos, inclusive a uma educação de qualidade, nesse sentido, Arroyo (2005) deixando claro que o método usado precisa tomar como referência as pessoas da EJA como sujeitos históricos:

A Educação de Jovens e Adultos tem de partir, para sua configuração como um campo específico, da especificidade desses tempos de vida – juventude e vida adulta – e da especificidade dos sujeitos concretos históricos que vivenciam esses tempos. Tem de partir das formas concretas de viver seus direitos e da maneira peculiar de viver seu direito à educação, ao conhecimento, à cultura, à memória, à identidade, à formação e ao desenvolvimento pleno. (ARROYO, 2005, p. 22).

A característica mais importante da atividade profissional do professor é a contribuição na construção do conhecimento do aluno. Essa mediação entre aluno/professor e a sociedade, entre as condições de origem do aluno e sua destinação social e ocupação no mercado de trabalho, faz a diferença na vida do alunos, seja no pessoal e/ou no profissional.

De acordo com Guimarães (2009), os assuntos trazidos no dia-a-dia pelos alunos, como notícias da televisão ou dilemas pessoais e familiares, também precisam ter um tempo reservado para serem debatidos - relacionando-os aos conteúdos curriculares, mas logicamente sem forçar conexões distantes. O cuidado de monitorar as aulas e o comportamento dos estudantes periodicamente é determinante para perceber a necessidade de pequenos ajustes, pausas, acelerações, mudanças de rota ou mesmo a retomada de algumas informações que não foram aprendidas de forma consistente pela turma. É uma questão de planejamento.

A seguir, encontra-se o gráfico 6, no qual são apresentados os dados baseados na opinião dos docentes sobre os instrumentos de avaliação mais utilizados pelos mesmos em sala de aula.

GRÁFICO 6 – Instrumentos de avaliação

Fonte: Pesquisa de campo (2008).

Em relação aos instrumentos de avaliação, os entrevistados se posicionaram da seguinte forma: 32% afirmaram utilizar a prova escrita; avaliação contínua (26%) e trabalho de pesquisa foi apontado por 29% dos docentes entrevistados. Observou-se que os trabalhos de pesquisa realizados pelos educadores dizem respeito a atividades desempenhadas em sala de aula ou não, onde o professor determina o assunto a ser pesquisado e os alunos o fazem em livros, revistas, internet, entre outros meios que disponham para realizá-la. É uma maneira de incentivar a leitura, como também uma forma prática de ensinar o aluno a procurar determinados assuntos em fontes diferenciadas.

A avaliação é um ato de investigar a qualidade dos resultados intermediários ou finais de uma ação, subsidiando sempre sua melhora (LUCKESI, 2005). Pelo exposto, vê-se a necessidade de integração e comprometimento pela educação,

principalmente, quando se trata de jovens e adultos, carentes de renovação e de estímulo que possam fazer diferença em suas vidas.

Em relação aos instrumentos de avaliação utilizados pelos professores para avaliarem seus alunos, Libâneo (1994, p. 195) afirma:

A avaliação é uma tarefa complexa que não se resume à realização de provas e atribuição de notas. A mensuração, apenas, proporciona dados que devem ser submetidos a uma apreciação qualitativa. A avaliação, assim, cumpre funções pedagógico-didáticas de diagnóstico e de controle em relação às quais se recorre a instrumentos de verificação do rendimento escolar.

O conhecimento não tem sentido em si, o mesmo deve ajudar o indivíduo a compreender o mundo e a nele intervir. É vasta a dimensão que vai encontrar sentido nos significados que proporcionam a vida do aluno. Assim sendo, compreendemos que a principal finalidade da avaliação no processo escolar é ajudar a garantir a construção do conhecimento, a aprendizagem por parte do aluno. (VASCONCELLOS, 2003).

O ato de avaliar é um assunto sempre presente nas discussões dos educadores, alunos e também da sociedade, pois quando são propostas inovações e quando é sugerido substituir a prova por outras formas ou instrumentos de avaliar, não acreditam nessas inovações. Nessa perspectiva Hoffmann (2003) corrobora, [...] esse não é um comportamento que se observa apenas nos professores, porque toda a sociedade vem se manifestando no mesmo sentido, ou seja, reagindo quando se fala em abolir o sistema tradicional de realização de provas obrigatórias e atribuição de notas e conceitos periodicamente.

Diante dos resultados obtidos e do que foi exposto pelos autores, constata-se que ainda nos deparamos com a prova como meio mais utilizado entre os

educadores, e que a mesma ainda é para alguns a maneira mais adequada de avaliar a aprendizagem.

Assim, o planejamento e a avaliação são atividades que estão a serviço da construção de resultados satisfatórios, ou seja, ambos se complementam e subsidiam a escola e os educadores para realizarem um trabalho mais completo, mais voltado para a qualidade do processo ensino-aprendizagem. Enquanto o planejamento traça previamente os caminhos, a avaliação subsidia os redirecionamentos que venham a se fazer necessários no percurso da ação.

Com relação ao planejamento, a Escola Municipal de Ensino Fundamental e Médio José Menino de Oliveira realiza o planejamento, embora não se dê a devida importância à prática, pois está deixando de lado uma das mais importantes ferramentas para que o processo de ensino e aprendizagem oferecido, na escola, seja de qualidade, pois é através de um planejamento flexível, participativo e contínuo que será possível detectar os acertos, as lacunas, para então medir a qualidade da educação que está à disposição dos jovens e adultos que fazem parte desse programa educacional.

Observou-se ainda que alguns professores realizam o planejamento de suas aulas de maneira individual, pois quando se trata de um planejamento coletivo isso não se verifica. Deixando, dessa forma, a desejar, pois o ato de planejar deve ocorrer de maneira coletiva, participativa e flexível.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir dos resultados obtidos na Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio José Menino de Oliveira - Solânea-PB, com base na pesquisa qualitativa e quantitativa e nos depoimentos de docentes que constituíram os sujeitos da referida pesquisa, foi possível fazer algumas conclusões.

Há uma predominância dos educadores do sexo masculino que apresentam Graduação e Pós-Graduação em cursos diversos: Técnico em Contabilidade, Biologia, Bacharelado em Economia, Letras, Pós-Graduação em nível de Especialização em PROEJA, Licenciatura Plena em Matemática e Licenciatura em Ciências Agrárias – Pós-Graduação/Zootecnia - Produção Animal, O que se mostrou bastante diversificado, sem formação para a EJA, mas experiência em Educação de Jovens e Adultos.

Todos os entrevistados, com exceção de P7, entendem o planejamento como uma forma de organizar o processo ensino-aprendizagem de maneira a se obter maior eficiência nas atividades educacionais e, conseqüentemente, oferecer uma educação de qualidade, no entanto observou-se que a colaboração do aluno na realização do planejamento, como também na seleção de conteúdos, não ocorre de maneira significativa.

Quanto aos critérios na seleção de conteúdos, os educadores levam em consideração a realidade dos alunos, o que é significativo para eles, pois segundo a visão do professor, as abordagens mais utilizadas em sala de aula são: aula expositiva, trabalho em grupo, debate e quadro-de-giz, os alunos são avaliados através de prova escrita, avaliação contínua e trabalho de pesquisa.

Observa-se que os professores não oportunizam os alunos a serem mais participativos nas escolhas de seus conteúdos, nem tampouco a forma que esses serão ensinados, pois não colaboram com o planejamento, mas mesmo assim, os educadores afirmaram levar em consideração a realidade dos alunos e o que lhes interessa, o que parece um pouco contraditório, pois o planejamento não se efetiva com a colaboração dos alunos. Embora seja mencionado que na escola, em estudo, o planejamento não se realiza, isso não implica a ausência dessa prática, mas a forma que o mesmo é realizado, não atendendo às características próprias do planejamento.

A escola e os educadores têm a função de aproximar os educandos à escola, e isso só será possível, quando for dada a oportunidade aos alunos de serem mais críticos, participativos e conscientes de que precisam se engajar no processo educativo, para então se tornarem cidadãos mais atuantes e mais responsáveis pelas escolhas a serem tomadas em suas vidas pessoais e profissionais, já que é uma das tarefas da escola formar cidadão para o mercado de trabalho.

Acrescentamos que os educadores inseridos nessa modalidade devem a cada dia, surpreender-se com esse público que apresenta grande diversidade, pois não receberam uma formação direcionada e, muitas vezes, faz falta na relação professor/aluno/escola e isso pode ser verificado na falta de participação do educador no planejamento, na ausência dos alunos na eleição de conteúdos, embora se afirme que são conteúdos diretamente relacionados à realidade do aluno.

Percebemos, a partir dessa pesquisa, que a educação em especial destinada aos jovens e adultos necessita de profissionais mais qualificados e de uma equipe pedagógica mais efetiva que apresente um maior comprometimento e constante

capacitação dos educadores, pois algumas lacunas existentes poderão estar comprometendo a eficiência do processo ensino-aprendizagem.

O planejamento se faz, quando se almeja algo, quando se tem um objetivo a atingir, para isso seguem-se os caminhos necessários, ou seja, implanta, executa, avalia, corrige, reavalia sempre na certeza de que ajustes serão necessários, pois os sujeitos, envolvidos no processo como um todo, são diversos, com carências e objetivos diferenciados. Por isso, os educadores e o corpo diretivo/pedagógico da escola precisam definir que tipo de escola querem ter ou querem oferecer para os seus alunos, sabendo-se que toda a escola tem a função de formar cidadãos, de prepará-los para a vida não só profissional, mas também social/pessoal.

O presente estudo realizado trouxe para nós. enquanto pessoa e profissional, bastantes pontos positivos, pois pudemos perceber que o planejamento deve ser tratado pela escola e a comunidade que a compõe de maneira mais coerente e mais condizente com a realidade do aluno, esse por sua vez precisa buscar seu espaço na escola, procurando ser mais participativo, incentivar seus professores e a escola para que realizem seu trabalho de maneira que torne possível ao aluno da EJA sair da instituição de ensino com maior certeza e capacidade para enfrentar o mercado de trabalho como também de continuar a sua vida acadêmica e cada dia mais capaz de competir com igualdade de condições no mercado de trabalho.

Fica aqui a sugestão para a Escola Municipal de Ensino Fundamental e Médio José Menino de Oliveira e, especialmente, a EJA contribuir, de maneira significativa. na formação de profissional para o mercado de trabalho, como também se preocupar mais em integrar os sujeitos que a compõem a fim de serem mais atuantes e que os educadores se preparem para esse público de jovem e adultos,

buscando maior capacitação na área e dessa forma, oferecer melhores condições no processo ensino-aprendizagem, para então obterem maior sucesso.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, W. C. de. **Um olhar sobre Tancredo de Carvalho e outros solanenses**. João Pessoa-PB: CSTDC-IHGS Gráfica Sal da Terra, 2003.

ARROYO, M. G. Educação de jovens-adultos: um campo de direitos e de responsabilidade pública. In: SOARES, L. S.; GIOVANETTI, M. A. G. de C.; GOMES, N. L. (Orgs.). **Diálogos na Educação de Jovens e Adultos**. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

ATLAS ESCOLAR DA PARAÍBA. Espaço Geo-Histórico e Cultural. 3ª. ed. João Pessoa: GRAFSET, 2002.

BASTOS, L. de O. **Solânea, a idade da razão**. Brasília: Senado Federal. 1987.

BECKER, F. **Educação e construção do conhecimento**. Porto Alegre: Artmed, 2001.

BRANDÃO, C. R. **A educação como cultura**. Campinas-SP: Mercado de Letras, 2002.

BRASIL. Ministério da Educação. **Trabalhando com a Educação de Jovens e Adultos: Avaliação e Planejamento**. Brasília, 2006.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Média e Tecnológica. **Parâmetros Curriculares Nacionais: Ensino Médio**. 360 p. Brasília: MEC/SEMTEC, 2002.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação. **Parâmetros Curriculares Nacionais: terceiro e quarto ciclos do Ensino Fundamental: língua portuguesa**/Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1998.

_____. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei nº 9.394, de 20.12.1996.

BRISA, L. Proposta pedagógica e planejamento: as bases do sucesso escolar. Disponível em: <<http://www.novaescola@atleitor.com.br>>. Ed. 181, abril de 2005. Acesso em: 28 de maio de 2009.

CASÉRIO, V. M. R. **Educação de Jovens e adultos**: pontos e contrapontos. Bauru-SP: EDUSC, 2003

COLOMBO, S. S. Planejamento estratégico. In: COLOMBO, S. S. et al. **Gestão Educacional**: uma nova visão. Porto Alegre: Artemed, 2004. 115p.

CRUZ, C. M. da. Como ficou o curso técnico de contabilidade com as mudanças?. (2003). Disponível <http://www.crc.org.br/forum>>. Acesso em 14 de outubro de 2009.

DALMÁS, A. **Planejamento participativo na escola**: elaboração, acompanhamento e avaliação. Petrópolis-RJ: Vozes, 1994.

FEITOZA, R. da S. **História e política da educação de jovens e adultos**: trajetória e perspectivas. João Pessoa: set. 2005. 107p.

FREIRE, P. Educação de adultos: algumas reflexões. In: GADOTTI, M. e ROMÃO, J. E. (Orgs.). **Educação de Jovens e Adultos**: teoria, prática e proposta. 9ª ed. São Paulo: Cortez, 2007. (Guia da Escola Cidadã. v. 5). 15-17p.

_____. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

GADOTTI, M. Educação de adultos: algumas reflexões. In: GADOTTI, M. e ROMÃO, J. E. (Orgs.). **Educação de Jovens e Adultos**: teoria, prática e proposta. 9ª ed. São Paulo: Cortez, 2007. (Guia da Escola Cidadã. v. 5). 29-39p.

_____. Educação de adultos: algumas reflexões. In: GADOTTI, M. e ROMÃO, J. E. (Orgs.). **Educação de Jovens e Adultos**: teoria, prática e proposta. 7ª ed. São Paulo: Cortez, 2005. (Guia da Escola Cidadã. v. 5). 87p.

_____. **Para chegar lá juntos e em tempo**: caminhos e significados da educação popular em diferentes contextos. Anais 21ª Reunião Anual da ANPED. Caxambu, 1998. 1-19p.

GANDIN, D. **Planejamento como Prática Educativa**. 15ª ed. São Paulo: Loyola, 2005. 111p.

GUIMARÃES, A. O planejamento deve ser flexível. Disponível em: <<http://www.novaescola@atleitor.com.br> Edição Especial, jan. 2009. Acesso em: 28 de maio de 2009.

HOFFMANN, J. **Avaliação mediadora**: uma prática em construção da pré-escola à universidade. 20ª ed. Porto Alegre: Mediação, 2003.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA-IBGE (2000). Disponível em: <// <http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/20122002censo.htm>>. Acesso em 20 de jan. de 2008.

KLEIMAN, A. B. Histórico da proposta de (auto)formação: confrontos e ajustes de perspectivas. In: KLEIMAN et al. **O ensino e a formação do professor**: Alfabetização de jovens e adultos. 2ª ed. Porto Alegre: Artmed, 2001.

LIBÂNEO, J. C. **Didática**. São Paulo: Cortez, 1994. (Coleção magistério. 2º grau. Série formação do professor). 168p.

LUCKESI, C. C. **Avaliação da aprendizagem escolar**: estudos e proposições. 16ª ed. São Paulo: Cortez, 2005.

MELO NETO, J. F. de. **Educação Popular**: enunciados teóricos. João Pessoa: Universitária/UFPB, 2004. 113p.

MENENGOLA, M. SANT'ÁNA, I. M. – **Por que planejar? Como planejar? Currículo, área, aula**. 8ª ed. Petrópolis: Vozes, 1999.

MINAYO, M. C. de S. Ciência, técnica e arte: o desafio da pesquisa social. In: DESLANDES, S. F. **Pesquisa social teoria, método e criatividade**. 14ª. ed. Petrópolis-RJ: Vozes, 1999.

OLIVEIRA, S. M. G. de **Didática e Metodologia do Ensino Fundamental e Médio**. João Pessoa: Sal e Terra, 2003.

PAIVA, V. P. **Educação popular e educação de adultos**. São Paulo: Loyola, 1987.

PADILHA, D. **A prática do Planejamento dialógico**: como construir o projeto político-pedagógico da escola. São Paulo: Cortez, 2001.

PALUDO, C. **Educação popular em busca de alternativas**: uma leitura desde o campo democrático popular. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2001. 203p.

PILETTI, C. **Didática geral**. São Paulo: Ática, 2000.

RICHARDSON, R. J. **Pesquisa Social: Métodos e Técnicas**. 3ª ed. 7 reimpr. São Paulo: Atlas, 2007.

ROMÃO, J. E. Educação de Jovens e Adultos: correntes e tendências. In: GADOTTI, M. e ROMÃO, J. E. (Orgs.). **Educação de Jovens e Adultos: teoria, prática e proposta**. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 2000. (Guia da Escola Cidadã. v. 5).

SANT'ANNA, F. M. et al. **Planejamento de ensino e avaliação**. 11ª ed. Porto Alegre: Sagra Luzzatto, 1998.

SILVA, D. M. P. da. **Planejamento participativo: uma experiência no Centro Paraibano de Educação Solidária de Bananeiras CEPES BN-1**. Monografia (Especialização em Formação do Educador) 53 p. Bananeiras-PB: UFPB, 1999.

SILVA, J. B. Educação de Jovens e Adultos e alfabetização: a natureza política dos conceitos. In: **Revista Conceitos**. v. 7, n. 14, João Pessoa: ADUFPB, 2007.

SILVA, R. da. **Ciência Dândi? Por uma ciência socialmente comprometida** (2006). Disponível em: <<http://www.klepsidra.net/klepsidra7/dandi.html>>. Acesso em: 22 de jan. de 2009.

SOARES, L. J. G. **Educação de Jovens e Adultos**, Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

TORRES, C. A. Estado, políticas públicas e Educação de Adultos. In: GADOTTI, M. e ROMÃO, J. E. (Orgs.). **Educação de Jovens e Adultos: teoria, prática e proposta**. 9ª ed. São Paulo: Cortez, 2007. (Guia da Escola Cidadã. v. 5). 19-27p.

VASCONCELOS, C. dos S. **Avaliação da aprendizagem: práticas de mudança por uma práxis transformadora**. 5ª ed. São Paulo: Libertad, 2003.

VERGARA, S. C. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. 7ª. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

APÊNDICES

APÊNDICE A

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
NOME: JOÃO MARIA PEREIRA DO NASCIMENTO
PESQUISA: A PRÁTICA DO PLANEJAMENTO DE ENSINO NA EDUCAÇÃO DE
JOVENS E ADULTOS
LOCAL: ESCOLA ESTADUAL DE ENSINO FUNDAMENTAL E MÉDIO JOSÉ
MENINO DE OLIVEIRA - SOLÂNEA-PB.

QUESTIONÁRIO**PARTE I**

Sexo _____

Curso Graduação _____

Curso de Pós-Graduação _____

Tempo que leciona:

Tempo que leciona: Fundamental _____ Médio _____

Tempo que leciona na EJA: _____ Qual a disciplina? _____

Por que você foi trabalhar na EJA? _____

PARTE II

1) O que é planejamento educacional?

2) Por que planejar na escola/aula?

3) Cite as características do planejamento escolar, que o torna indispensável para o desempenho do processo ensino-aprendizagem:

4) Para você, quais são as funções do planejamento escolar?

5) Quando da elaboração do planejamento, quais os fatores que devem ser levados em consideração?

6) O planejamento que é realizado, na sua disciplina, conta com a colaboração de alguém?

() Sim

() Não

Quem?_____. Esse planejamento é:

7) Em relação ao conteúdo, o aluno participa do planejamento

() Sim () Não

Como?_____

8) Quais os critérios utilizados na seleção do conteúdo programático de sua disciplina:

() Atualidade () Significativo para o aluno

() O que é exigido pela escola e ou pelos órgãos os quais são submetidos

() Adequado a realidade dos alunos

() Outros quais? _____

9) O conteúdo escolhido na disciplina é tratado de forma interdisciplinar?

() Não sei

() Sim. Como?_____

() Não. Por que?_____

10) Quais os métodos e os recursos didáticos utilizados com maior frequência?

() Aula expositiva () Retroprojektor

() Seminário () Filmes

() Trabalho em grupo () Vídeo e Tv

() Debate () Quadro negro

() Projetor de Slides

() Outros. Quais? _____

11) Quais os instrumentos de avaliação da aprendizagem mais utilizados?

() Prova Escrita () Prova oral

() Avaliação contínua () Trabalho de pesquisa

() Seminário

() Outros. Quais? _____

Bananeiras - PB

Mestrando:_____

